

Boletim Regional

INFORMATIVO da POLÍTICA NACIONAL de DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Publicação quadrimestral do Ministério da Integração Nacional

Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro de 2006

3

NESTE NÚMERO

Formação de uma Agenda para o Desenvolvimento Regional

LEONARDO GUIMARÃES NETO

Programas e Projetos Hídricos

ENTREVISTA COM HYPÉRIDES MACÊDO

INFORMES

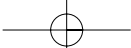
Seminário de Ordenamento Territorial Capacitação em Desenvolvimento Regional

Resenha

Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais

ANTONIO CARLOS ROBERT MORAES

ESTATÍSTICAS BÁSICAS SOBRE ECONOMIA REGIONAL DO BRASIL



Sumário

Editorial	5
------------------------	----------

ARTIGO

Formação de uma Agenda para o Desenvolvimento Regional	7
---	----------

Leonardo Guimarães Neto

*Análise dos Planos Regionais: Amazônia Sustentável,
Desenvolvimento Sustentável do Nordeste e o do Centro-Oeste*

ENTREVISTA

O Ministério da Integração Nacional responde pela mais delicada das políticas de Infra-Estrutura: Investimentos Hídricos	19
---	-----------

Hypérides Macêdo

Um balanço dos principais projetos e investimentos hídricos no Brasil

INFORMES

Ordenamento Territorial foi tema de Seminário realizado em Brasília/DF	28
Programa de Capacitação em Desenvolvimento Regional	28

ESTATÍSTICAS BÁSICAS

Fundos Constitucionais de Financiamento – parte 2	29
--	-----------

Elmer N. Matos

RESENHA

Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais	45
--	-----------

Antonio Carlos Robert Moraes

Boletim Regional. Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – nº 1 (jan./abr. 2006) – Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional, 2006.
v.

Quadrimestral

ISSN 1980-0649

1. Desenvolvimento Regional – Brasil – Periódico. I. Ministério da Integração Nacional. II. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional III. Fundação Economia de Campinas (Fecamp). IV. Título

CDD 338.981

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Ministro de Estado da Integração Nacional **Pedro Brito do Nascimento**

Secretária-Executiva **Silvana Maria Parente Neiva Santos**

Secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional **Maurício Teixeira Rodrigues**

COMITÊ EDITORIAL

Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional [SDR] (Coordenação)

Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste [SCO]

Secretaria Nacional de Defesa Civil [SEDEC]

Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica [SIH]

Secretaria de Programas Regionais [SPR]

Secretaria-Executiva [SECEX]

Assessoria de Comunicação Social [ASCOM]

Editor Chefe de *Boletim Regional*

Editor Chefe **Wilson Cano**

Projeto Gráfico e diagramação **Ana Basaglia**

Boletim Regional é realização do Ministério da Integração Nacional, desenvolvida com o apoio do Projeto de Cooperação Técnica MI/IIICA para Ações de Desenvolvimento Regional e Integração Nacional.

A produção dos números 1, 2 e 3 deste Boletim é realizada pelo CEDE – Centro de Estudos de Desenvolvimento Econômico da Unicamp, com a administração da FECAMP, Fundação Economia de Campinas, mediante o Contrato de Prestação de Serviços nº 206014 assinado com o IIC A e decorrente de sua Licitação nº 033/2005.

Endereço para Correspondência – Brasília, DF

Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala 898, CEP 70062-900

Telefone [61] 3414-5867 | Fax [61] 3414-5488

O *Boletim Regional* está disponível no seguinte endereço:

<<http://www.integracao.gov.br>>

Editorial

COM A PRESENTE PUBLICAÇÃO, alcança seu terceiro número o *Boletim Regional – Informativo da Política Nacional de Desenvolvimento Regional* –, periódico do Ministério da Integração Nacional consagrado a suscitar o debate sobre temas centrais do desenvolvimento regional no Brasil.

As matérias deste número mantêm o foco em temáticas que estão no cerne da questão regional do país. Enquanto o primeiro e o segundo números deste periódico tratam de assuntos pertinentes a três regiões emblemáticas do processo de desenvolvimento brasileiro – o Nordeste semi-árido, a Amazônia e o Estado de São Paulo –, a publicação que ora vem a lume avança no exame de ações do Ministério da Integração Nacional voltadas a dar consistência a uma atuação de Governo para o combate das desigualdades regionais no país.

A esse respeito, vale ressaltar que, para além da retomada do planejamento regional no Brasil – um dos desafios enfrentados pela atual gestão –, merecem destaque as mudanças implementadas no próprio processo de planejamento, à medida que este passa a conjugar as dimensões política e técnica, além de buscar um pacto de co-responsabilidades entre as várias esferas do governo e deste com a sociedade organizada, especialmente no tocante à mediação de conflitos de interesse.

Parcela importante desse esforço de planejamento materializou-se na elaboração de uma série de planos de desenvolvimento regional, ação coordenada pelo Ministério da Integração Nacional, abrangendo as diversas escalas de atuação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Sobre o referido assunto, o *Boletim Regional* publica artigo do professor Leonardo Guimarães Neto, analisando os planos macrorregionais: o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE) e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PDCO). O artigo analisa, ainda, um dos planos regionais elaborados no âmbito da escala denominada subnacional da PNDR, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido (PDSA).

Segue uma entrevista concedida pelo Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, professor Hypérides Macêdo, na qual se discorre sobre a estratégia, os programas e os projetos que o Ministério da Integração está executando em diferentes regiões do país: i) o Projeto Proágua Nacional; ii) o Projeto do São Francisco, que inclui, entre outros, o Programa de Revitalização do

Editorial

Rio São Francisco e o Projeto de Integração de Bacias Hidrográficas; e iii) outros projetos hídricos e hidroagrícolas que a Secretaria executa em diferentes unidades da Federação.

Ao criar o Boletim Regional como instrumento de comunicação a serviço da retomada da discussão da questão regional no Brasil, avaliamos que demos um passo importante para recolocar na pauta do Estado brasileiro a necessidade de aperfeiçoar instrumentos e priorizar recursos para a reversão dos níveis de concentração econômica e de desigualdades sociais, inter e intra-regional, vigentes no país.

Assim, ao término do corrente ano, deparamo-nos com três grandes desafios com respeito à Política Nacional de Desenvolvimento Regional: i) o fortalecimento das instâncias de concertação – em âmbitos macro e sub-regional, com vistas a transformar estratégias, diretrizes e prioridades dos planos acima mencionados em projetos e ações a serem apoiados e acompanhados por uma agenda de gestão compartilhada por diferentes atores; ii) a articulação de canais e fontes de financiamento, nas esferas federal, estadual e municipal, para viabilizar os projetos e ações priorizados, tarefa que remete ao enorme desafio da incorporação de demandas socialmente organizadas, politicamente pactuadas e tecnicamente viáveis nos instrumentos de planejamento e orçamento, ou seja, no Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Orçamento da União e das demais entidades da Federação; e iii) a discussão da proposta de criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que tem por objetivo exatamente viabilizar projetos de caráter territorial pactuados pelas diferentes unidades da Federação.

Silvana Parente, Secretária-Executiva



Formação de uma Agenda para o Desenvolvimento Regional

Nos últimos anos as discussões sobre as desigualdades regionais produziram relevantes contribuições no plano nacional e no de regiões específicas. Embora as questões abordadas e as propostas apresentadas nos planos examinados não se tenham traduzido em ações concretas, os trabalhos elaborados trouxeram, sem dúvida, temas e questões relevantes para a montagem de uma futura agenda para o desenvolvimento regional.

Leonardo Guimarães Neto

Introdução

Nos últimos anos as discussões sobre as desigualdades regionais produziram relevantes contribuições no plano nacional e no de regiões específicas, em particular as que, tradicionalmente, integram a agenda governamental: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Embora as questões abordadas e as propostas apresentadas nos planos examinados não se tenham traduzido em ações concretas, os trabalhos elaborados – alguns dos quais foram discutidos em diversos seminários e oficinas com lideranças e representantes da sociedade – trouxeram, sem dúvida, temas e questões relevantes para a montagem de uma futura agenda para o desenvolvimento regional.

Uma das primeiras contribuições foi a *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*¹ (PNDR), que sistematiza uma nova abordagem para a questão regional brasileira, considerando o contexto atual e explicitando o objeto, as premissas e os critérios básicos para sua implementação. A esse trabalho seguiram-se propostas de planos regionais: o *Plano Amazônia Sustentável (PAS)*,² o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (PDNE)*,³ o *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semi-Árido (PDSA)*⁴ e o *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste*.⁵

As considerações que seguem referem-se aos planos citados e concentram-se no exame sumário das grandes linhas do diagnóstico e das propostas. Em seguida, destacam-se alguns comentários gerais a respeito das características comuns dos planos e das lacunas da agenda de desenvolvimento regional que está sendo montada com base nessas contribuições. Não se aprofunda a análise técnica de cada plano nem o exame da coerência entre diagnóstico e diretrizes, nem entre estas e os projetos ou programas concebidos. O caráter sumário do presente trabalho não permite mais que um resumo dos planos e a explicitação de comentários gerais sobre eles e sobre a agenda regional neles concebida.

Amazônia e o PAS

Análise regional. O diagnóstico partiu do exame de vários estudos da região, realizados anteriormente e que foram atualizados, procurando situar a Amazônia no novo contexto

Artigo

internacional. A análise parte, inicialmente, para a descrição do patrimônio natural (biológico, hidrográfico, pedológico, e a geologia, relevo e clima), considerando que, não obstante as pressões mais intensas, a Amazônia conserva hoje as características principais de seu patrimônio natural, social e cultural, o que lhe confere uma identidade. Ressalta a diversidade amazônica, com destaque para as novas dinâmicas regionais, considerando os novos fatores intra-regionais e resume as diferenças, nesse particular, entre as três macrorregiões: o Arco do Povoamento Adensado, onde se concentram os grandes problemas ambientais, a Amazônia Central e a Amazônia Ocidental. Enfatiza a dinâmica do desmatamento e a presença das áreas protegidas.

No que se refere à dinâmica populacional recente, o PAS mostra que, não obstante a desaceleração do crescimento da população, a região registra um crescimento demográfico mais intenso que o país, com uma população urbana que alcança 70% do total, possuindo uma rede urbana em vias de consolidação no Arco do Povoamento Adensado, mas rarefeita nas demais macrorregiões. Assinala que o quadro atual é de uma população excedente, sem espaço no mercado de trabalho e que se desloca em busca de inserção econômica e social.

No que se refere à atividade produtiva, há que se considerar de início a grande heterogeneidade do sistema de produção e do dinamismo ocorrido nos últimos anos, sendo suficiente referir-se às zonas francas, ao complexo Carajás e ao agronegócio ligado aos grãos. Constatou-se que recentemente a economia inicia uma recuperação, após o reconhecido esgotamento dos ciclos expansivos anteriores, caracterizados por baixo grau de inovação e pela dependência da produção de matérias-primas em um contexto globalizado e extremamente competitivo. O Plano, no que se refere à dimensão econômica da região, aprofunda a análise do setor agropecuário (sua dinâmica, a utilização das terras, a produção e os processos produtivos, o setor florestal, os ecomercados e serviços ambientais, além da produção aquática), do setor mineral e a produção garimpeira, do setor industrial (sua concentração nos grandes aglomerados urbanos, sua desconexão com a produção agropecuária, o significado da indústria eletroeletrônica e o esforço de internalização dos processos produtivos), da economia urbana e do grande peso da informalidade.

Segue-se uma análise da infra-estrutura econômica, com destaque para a expansão e insuficiência da rede de transportes, para o crescimento da produção de energia e o potencial regional nesse particular, para o sistema de comunicações com seu aumento relevante e sua insuficiência no que se refere às comunidades rurais, o que leva à discussão de outras formas de comunicação.

Finalmente, é diagnosticado o quadro social, ressaltando que as mudanças econômicas ocorridas aprofundaram as desigualdades sociais, com destaque para a prevalência da precariedade das relações de trabalho, para a qualidade de vida, cujos indicadores estavam abaixo da média nacional. Neste quadro social, chama-se a atenção, ainda, para a diversidade sociocultural da região (étnica, social e cultural), com a combinação da população nativa, imigrantes nacionais e estrangeiros e seus descendentes. Nesse item dá-se destaque ao exame dos povos indígenas, às condições das mulheres na Amazônia e aos grandes conflitos socioambientais, que se traduzem na competição pelos mesmos recursos entre as atividades produtivas e as de subsistência, o que está a exigir grande esforço para o ordenamento territorial e a maior presença do Estado na região.

Proposta. A estratégia para o futuro da região pretende evitar o viés autoritário que prevaleceu nos anos 60. O que se pretende é *a geração de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia centrado no crescimento econômico, na inclusão social e na sustentabilidade socioambiental, o que requer novo paradigma de planejamento*. Este deverá considerar a abordagem em múltiplas escalas – valorizando, sobretudo, a diversidade regional, explicitada no diagnóstico –, e a construção de espaços estruturados de negociação e diálogo que considere a institucionalização de câmaras setoriais e fóruns territoriais, aproveitando inclusive iniciativas existentes. Ao lado da especificidade do espaço regional, deve considerar também, na montagem de uma estratégia de desenvolvimento, a relação entre ambas. Para isso, é imprescindível o reconhecimento de questões que perpassam tanto as macrorregiões e sub-regiões quanto os segmentos socioprodutivos, e que são consideradas nos grandes eixos temáticos: a) a gestão ambiental e ordenamento territorial; b) a produção sustentável com inovação e competitividade; c) a inclusão

social e a cidadania; d) a infra-estrutura para o desenvolvimento e e) um novo padrão de financiamento.

O PAS orienta-se por seis *diretrizes gerais*: (i) promoção do ordenamento do território, mediante regularização fundiária, proteção dos ecossistemas, direitos das populações tradicionais e a melhor destinação das terras para a exploração produtiva; (ii) minimização do desmatamento ilegal, associada à transformação da estrutura produtiva regional, impedindo-se a replicação do padrão extensivo de uso do solo que caracterizou a economia de fronteira na Amazônia nas últimas décadas; (iii) a capacitação tecnológica dos setores tradicionais de forma a propiciar a adequada inserção comercial, a introdução de novos empreendimentos baseados em conhecimento técnico-científico avançado, em especial em relação ao uso sustentável da floresta, e outras ações que permitam a agregação de valor à produção regional; (iv) estímulo ao desenvolvimento com equidade, evitando-se a reprodução de uma sociedade desigual, em que poucos se beneficiem dos investimentos e das iniciativas organizadas para a região; (v) estímulo à cooperação entre os entes federativos; (vi) fortalecimento político da sociedade civil regional, para que o avanço da presença do Estado na região se construa em sinergia com o engajamento da sociedade local.

A partir dessas diretrizes é explicitado o *objetivo geral* do PAS: o de implementar um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira, pautado na valorização de seu enorme patrimônio natural e sociocultural, voltado para a geração de emprego e renda, redução das desigualdades sociais, viabilização de atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, com inserção em mercados regionais, nacionais e internacionais, e o uso sustentável dos recursos naturais com a manutenção do equilíbrio ecológico. Esse objetivo se desdobra em cinco *objetivos específicos*: (i) promover a gestão ambiental e o ordenamento territorial em bases sustentáveis, priorizando a regulação fundiária, a negociação dos conflitos socioambientais, a criação e efetiva implantação de unidades de conservação e terras indígenas, o aprimoramento dos instrumentos de monito-

ramento e controle ambiental e, quanto necessário, a (re)orientação da atividade produtiva; (ii) viabilizar atividades de produção sustentável com inovação tecnológica, estimulando a geração de emprego e renda, o aumento da segurança alimentar e maior competitividade nos vários mercados, priorizando a utilização das áreas já abertas e o uso múltiplo da floresta em bases sustentáveis; (iii) fortalecer a inclusão social e a cidadania por meio de processos participativos de gestão das políticas públicas, envolvendo parcerias entre órgãos governamentais, a sociedade civil e o setor privado, com transparência e controle social, acesso da população regional às políticas universais de educação, saúde, segurança pública, previdência social e ações prioritárias voltadas para o enfrentamento de problemas urbanos e o fortalecimento do sistema de cidades; (iv) implantar e manter obras de infra-estrutura nos setores de transporte, energia e comunicações na Amazônia, como elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável, de forma articulada com estratégia de ordenamento territorial, maximizando benefícios socioeconômicos e minimizando eventuais impactos negativos; (v) estabelecer um novo padrão de financiamento na região, voltado para a geração de emprego e renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, o uso sustentável dos recursos naturais e a intensificação da incorporação do conhecimento científico-tecnológico à produção.

A *estratégia* de implementação apresentada pelo PAS, depois de explicitar seus elementos gerais (compatibilização dos interesses privados e coletivos, ampliação da presença do Estado na região, ênfase na regularização fundiária, inovação como ferramenta básica, enfrentamento do desafio de inclusão social e da integração da Amazônia sul-americana),

O objetivo geral do PAS (é) implementar novo modelo de desenvolvimento na Amazônia, voltado para (o) emprego e renda, redução das desigualdades, ... (apoio) a atividades dinâmicas e inovadoras, ... e ao uso sustentável dos recursos naturais.

Artigo

desdobra-se pelas três macrorregiões. No que se refere ao *Arco do Povoamento Adensado*, o cerne da economia regional, a estratégia enfatiza a consolidação do desenvolvimento com suporte às atividades dinâmicas não-predatórias, ressalta a problemática urbana e a necessidade do adensamento da estrutura produtiva, a modernização do setor madeireiro e ações específicas para suas sub-regiões. Quanto à *Amazônia Central*, as propostas dizem respeito à regularização fundiária, zoneamento ecológico-econômico e seu monitoramento, manejo florestal sustentável, ordenamento da pesca e aquíicultura sustentável, apoio aos núcleos urbanos próximos aos eixos e ordenamento territorial nas frentes de ocupação em avanço acelerado. No que se refere à *Amazônia Oriental*, a estratégia menciona que a vigilância e a expansão orientada são os temas relevantes para a ação política na área, enfatiza a produção sustentável da biodiversidade em diversos níveis (biotecnologia e bioindústria, estratos vegetais e óleos essenciais) associados à estruturação das cadeias produtivas com as redes de coletas e cultivos. Ressalta, ainda, como elemento importante da estratégia, a indústria sustentável de madeira baseada no manejo adequado da floresta, e chama a atenção para a infra-estrutura necessária para sustentar os avanços na produção de bens e serviços e na inserção, tanto na macrorregião como na Amazônia sul-americana.

Destaca o Plano da BR-163 Sustentável, que foi a primeira experiência de elaboração de um plano operacional na Amazônia Legal (Cuiabá-Santarém), baseado nas diretrizes gerais previstas no Plano Amazônia Sustentável. São feitas referências, ainda, à necessidade de discussão da coordenação institucional em diferentes âmbitos, além da questão de financiamento da Região Amazônica com a reformulação dos diferentes instrumentos.

O Nordeste e seu Semi-Árido

Embora o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste e o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semi-Árido tenham sido publicados em datas diferentes, eles foram realizados simultaneamente, o que permitiu uma interação entre as equipes responsáveis por sua elaboração.

a. O Plano do Nordeste

Não obstante as transformações de sua infra-estrutura, de nova agricultura irrigada e modernas indústrias, o Nordeste não conseguiu superar o medíocre crescimento da economia nacional nesse período.

Diagnóstico regional. A abordagem adotada na análise do Nordeste, no PDNE, compreende as várias dimensões de sua realidade (econômica, social, científica-tecnológica e ambiental). Além disso, o plano desce ao estudo das sub-regiões, a partir de uma regionalização que constitui suporte para a análise da realidade e para a definição de formas de intervenção.

Uma primeira constatação do diagnóstico refere-se ao fato de que, nas últimas décadas (1985-2002), a região, embora tenha acompanhado o crescimento da economia nacional, apresentando taxa anual de 2,5%, perdeu posição relativa para a Região Norte (taxa anual de 5,2%), Centro-Oeste (4%) e Sul (3,1%). O reduzido crescimento da indústria regional, associado à extrema vulne-

rabilidade da agropecuária às condições climáticas, definiu essa evolução, que os serviços, com maior dinamismo, não conseguiram compensar. Não obstante as transformações ocorridas na sua estrutura produtiva, com a ampliação de sua infra-estrutura, o surgimento de novas atividades (agricultura irrigada, modernos segmentos da indústria de transformação, segmentos relevantes e modernos dos serviços), o Nordeste não conseguiu superar o medíocre crescimento da economia nacional nesse período. Da perspectiva econômica, o diagnóstico do PDNE assinala, ao lado do reduzido crescimento da

economia regional, os estrangulamentos econômicos representados ainda, (i) pela grande fragilidade da agropecuária; (ii) pela desestruturação dos segmentos exportadores tradicionais e incapacidade da região para redefinir formas de integração capazes de contribuir para seu maior dinamismo; (iii) pela insuficiente dotação de infra-estrutura e seu inadequado suporte aos pólos dinâmicos surgidos; (iv) pela redução da qualificação da mão-de-obra; e (v) pelo baixo grau de integração e lenta modernização de sua estrutura industrial.

Associado ao reduzido crescimento da economia, o diagnóstico registrou na última década o aumento do desemprego e o avanço, em termos relativos e absolutos, da informalidade. Não obstante esses fatos, da perspectiva social foram registrados avanços importantes nos indicadores sociais (IDH, mortalidade infantil, esperança de vida ao nascer, nas condições de domicílios), embora a região permaneça, no contexto nacional, com os piores indicadores sociais. Entre os problemas sociais assinalados no diagnóstico, vale o destaque para: (i) as dificuldades de acesso da população economicamente ativa ao trabalho produtivo e à renda; (ii) altas taxas de analfabetismo e insuficiente qualidade da educação oferecida; (iii) índices elevados de morbidade e mortalidade; e (iv) grande déficit habitacional.

Relativamente à questão ambiental são assinalados entre os mais graves problemas: (i) o processo de desertificação; (ii) a degradação ambiental dos grandes aglomerados urbanos; (iii) degradação ambiental de importantes ecossistemas localizados em várias partes da região (áreas litorâneas, matas ciliares, mangues e estuários e rios, entre eles o São Francisco). Há ainda a registrar os estrangulamentos existentes na dimensão científica e tecnológica regional: a reduzida capacidade da região para gerar, absorver e difundir informações e conhecimentos científicos e tecnológicos; a desarticulação entre a geração de tais conhecimentos e o setor produtivo; e a defasagem tecnológica de importantes segmentos produtivos. Há também grandes problemas de sustentabilidade (caso do Semi-árido), cuja solução passa pela geração e difusão tecnológicas.

Propostas. Em relação às propostas do Plano, elas estão voltadas para a superação dos grandes desafios regionais e para o aproveitamento das oportunidades existentes. De iní-

cio, identifica-se um grande desafio-síntese da economia: sua baixa competitividade. A ele estão associados, entre outros, o desafio de superar os determinantes do baixo crescimento econômico constatado para as duas últimas décadas, da reestruturação do setor exportador e da maior integração regional à economia nacional, da superação das carências da infra-estrutura, da concentração de esforços voltados para a qualificação da mão-de-obra regional, e também o desafio que representa a superação dos atuais problemas que dificultam a integração e modernização da indústria regional. Na dimensão social os desafios dizem respeito à inclusão de parcela da força de trabalho à atividade produtiva, à superação do analfabetismo e à redução dos elevados níveis de morbidade, mortalidade, dos déficits de saneamento e habitação. Existem ainda desafios específicos ao Semi-Árido, à Zona da Mata, aos Cerrados e à rede urbana.

Contrapõem-se aos grandes desafios as oportunidades detectadas na análise regional e que dizem respeito, sobretudo, aos incentivos fiscais e financeiros, à dimensão do mercado regional, à presença de segmentos exportadores dinâmicos, à presença da moderna agricultura irrigada e de complexos e modernos serviços – entre eles o de turismo –, à produção de grãos e à presença de um conjunto relevante de atividades industriais voltadas para a exportação. Na ciência e tecnologia, não obstante as carências assinaladas, a região conta, de acordo com o Plano, com um sistema produtor de ciência e tecnologia que pode constituir um apoio importante no desenvolvimento regional.

A estratégia de desenvolvimento preconizada, que representa o equacionamento dos desafios que devem ser superados, com o aproveitamento das oportunidades, considera seis macro-objetivos, extraídos do cenário desejado: (i) desenvolvimento e integração social; (ii) aumento das vantagens comparativas da região; (iii) integração competitiva com a economia nacional e internacional; (iv) expansão da base produtiva nordestina; (v) redução da defasagem da economia regional na economia nacional; e (vi) integração cooperativa das sub-regiões. São então definidas metas para os macro-objetivos, entre as quais cabe o destaque para o crescimento de 5,1% do produto no período 2005-2025; o coeficiente da formação bruta de capital de 25% do produto nas duas próximas décadas; a elevação da participação da

Artigo

economia regional no produto do país de 13,5% para 15,6% no último ano do Plano; elevação do nível de escolaridade de 5 anos médios para 10 anos; redução da mortalidade infantil de 22,1 (2003) para 11,6 (2025); universalização do abastecimento de água nos domicílios nordestinos.

Esses macro-objetivos podem ser traduzidos em três eixos estratégicos: o de distribuição dos ativos sociais, o da construção da competitividade sistêmica e o da gestão ambiental. No que se refere ao primeiro eixo, que cria as bases para redução das desigualdades sociais e que diz respeito ao acesso ao conhecimento, à água e à terra, aos serviços sociais (como água e esgoto) e à cultura, são considerados quatro projetos estratégicos: (i) de difusão do conhecimento, (ii) de fortalecimento da organização da sociedade, (iii) de redistribuição de terra e água e (iv) de ampliação do acesso aos serviços sociais básicos.

Com relação ao eixo voltado para a construção da competitividade sistêmica, seus projetos estão concentrados: (i) na capacitação para o trabalho; (ii) na inovação e capacitação tecnológica; e (iii) na ampliação e modernização da infra-estrutura. Todos eles visam à geração de externalidades econômicas.

Quanto ao eixo de gestão ambiental, o esforço considerado desdobra-se em três ações estratégicas: recuperação de áreas degradadas, prevenção de impactos antrópicos e fortalecimento das instituições e instrumentos de regulação da questão ambiental.

Há uma estratégia espacial que considera a existência de 8 sub-regiões de planejamento para as quais foram inventariadas iniciativas, para discussão com a sociedade, que alcançam o montante de R\$ 41,6 bilhões.

b. O Plano do Semi-Árido

Balanço. Com relação ao Semi-Árido, a análise realizada no PDSA tem a característica mais de um balanço do que de um diagnóstico nos moldes tradicionais. Nesse caso, foram examinados, no capítulo que trata das especificidades do Semi-Árido nordestino, aspectos relacionados com suas particularidades naturais e ambientais, condicionantes históricos, as lições do passado e as ações em andamento.

No que se refere ao quadro natural, são feitas referências às várias delimitações e comparações entre as regiões semi-

áridas de diversos países. Nos condicionantes históricos são apresentados os traços mais relevantes da formação social do Semi-Árido nordestino, com destaque para os complexos fluxos migratórios inter-regionais, para as atividades que constituem a sub-região e as formas de integração com as demais partes do Nordeste e do país, além do destaque para a alta concentração de ativos e oportunidades, definida pelo processo histórico e pelas particularidades naturais e ambientais. Ainda nos condicionantes históricos, é examinada a questão da urbanização incompleta associada à crise da base produtiva rural, à incapacidade do Estado de prover os serviços básicos, além da questão da precariedade da rede de infra-estrutura entre os pólos de concentração populacional.

Relativamente às lições do passado, é feito o balanço das distintas experiências de intervenção no Semi-Árido, com destaque para: (i) a solução hidráulica; (ii) a estratégia do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN); (iii) as iniciativas que dizem respeito às propostas de desenvolvimento sustentável (a de convivência com a semi-aridez e a do Projeto Áridas); (iv) a irrigação e a agricultura irrigada.

Essa parte analítica é concluída com o exame das ações em andamento, com destaque para aquelas de responsabilidade do Governo Federal (integração das bacias hidrográficas, ferrovia transnordestina, agronegócio da irrigação, recuperação dos perímetros de irrigação, arranjos produtivos locais, exploração do gás natural, Próágua, além de dezenas de outras iniciativas) e dos governos estaduais (PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA e Norte de Minas). Tanto em um como em outro caso, o documento desce ao exame dos objetivos e das ações realizadas e previstas. São feitas referências às ações desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil, a seu processo de articulação e de participação no processo decisório, e dá-se destaque ao programa de implantação de um milhão de cisternas rurais.

Propostas. Embora possuindo muitos desdobramentos, as propostas contidas no plano serão aqui consideradas a partir das seguintes categorias: (i) objetivos do PDSA; (ii) eixos estratégicos e vetores da estratégia; (iii) apostas; e (iv) compromissos.

No que se refere aos *objetivos* deve ser considerado co-

Artigo

mo ponto de partida o objetivo geral *de crescimento regional sustentável, com inclusão social e redução das desigualdades entre o Nordeste Semi-Árido e o restante do País*. Desse objetivo geral se desdobram oito objetivos específicos que podem ser assim resumidos: (i) reorganizar, fortalecer e criar novas frentes de expansão econômica no Semi-Árido de modo a aumentar sua importância econômica na região; (ii) promover a utilização dos recursos hídricos segundo os princípios da gestão integrada de oferta e demanda, garantindo sua sustentabilidade; (iii) aprimorar o conhecimento dos processos de desertificação e de secas observados no Semi-Árido; (iv) promover atividades rurbanas para a geração de segmentos econômicos sustentáveis; (v) apoiar a expansão da agricultura familiar de acordo com as orientações de reestruturação fundiária; (vi) fortalecer os mecanismos de participação e organização da comunidade, tendo em vista o fortalecimento da cidadania; (vii) apoiar a criação de institucionalidades e mecanismos de gestão regional, sub-regional e local; e (viii) contribuir para a erradicação da pobreza na região das áreas afetadas pelas secas.

No que se refere à **estratégia**, seus *eixos* e *vetores*, é da maior relevância levar em conta o esforço de concertação entre as concepções adotadas e os instrumentos, e entre os instrumentos uns com os outros no momento de desenvolvimento das ações, considerando-se, ademais, as múltiplas escalas de atuação. Entre os eixos estratégicos, são julgados relevantes: (i) o eixo espacial, no qual, entre outras questões, se considera uma regionalização adequada, para levar em conta a heterogeneidade no interior do Semi-Árido, e também um tratamento adequado para o fortalecimento, no interior desse “arquipélago” regional, de cada uma das suas partes (“ilhas”) e da integração e articulação entre elas; (ii) o eixo social deve levar em conta a dinâmica populacional (notadamente a urbana), a grande densidade de população, quando se consideram os recursos naturais disponíveis, e o tratamento das desigualdades sociais com ações voltadas para a seguridade e saúde da família, melhoria dos serviços educacionais, adensamento demográfico nas cidades e vilas e estímulo à rurbanização; (iii) o eixo econô-

mico deve, por sua vez, considerar duas vertentes: a de articulação interna e externa do Semi-Árido e a de ativação do desenvolvimento regional em novas bases. Neste último aspecto, é relevante a combinação de grandes blocos de investimentos com os de pequeno porte, distribuídos ao longo do território. Relativamente aos vetores, deve-se explicitar: (i) o constituído pela rede de articulação do espaço (infra-estrutura, centralidade das cidades e capacidade de organização das atividades no espaço); (ii) o das atividades rurbanas, que envolvem a recombinação do espaço de vivência e do trabalho com a preservação e conservação da natureza; e (iii) o vetor das atividades produtivas, de escala diferenciada.

Quanto às **apostas**, que podem ser ações inovadoras ou associadas a investimentos de grande porte, territorialmente identificadas com o Semi-Árido, são nomeadas no PDSA as seguintes: (i) revitalização da Bacia do Rio São Francisco; (ii) integração das bacias hidrográficas; (iii) hidrovía do São Francisco; (iv) ferrovia transnordestina; (v) agricultura irrigada: agro-negócio e revitalização de perímetros públicos; (vi) energia alternativa: biodiesel, gás natural e outras fontes não fósseis; (vii) mineração; e (viii) refinaria de petróleo. Os **compromissos** explicitados nas propostas estão associados com duas questões básicas, a sustentabilidade e a cidadania, que estão intimamente articuladas às apostas.

O PDSA desenvolve uma regionalização da estratégia, discute uma institucionalidade associada à regionalização e identifica as fontes relevantes para seu financiamento entre elas BNDES, FNE, PPA, Lei Kandir e Parcerias Público-privadas.

Centro-Oeste e seu Plano Estratégico

O eixo social deve levar em conta a dinâmica populacional, ... (sua grande densidade, (equilíbrio com) os recursos naturais disponíveis,... a seguridade e saúde da família, melhoria educacional, adensamento demográfico urbano e estímulo à rurbanização.

Artigo

Embora, como os demais planos, este constitua, também, um referencial para negociação, o Plano Estratégico do Centro-Oeste foi elaborado de forma participativa, com a realização de diversas oficinas na região, de entrevistas, consultas e discussão no conselho criado para seu acompanhamento político.

Análise Regional. Ela comporta um exame dos desafios do Centro-Oeste, cenários e a visão de futuro da região, identificação das potencialidades e problemas regionais e das oportunidades e ameaças do contexto externo. No que se refere aos *desafios*, após o exame da formação econômica e social do Centro-Oeste, o Plano trata do crescimento e modernização econômica recente, assinalando o grande dinamismo da região que ganhou participação na economia nacional a partir da segunda metade dos anos 80, superando, com a taxa média anual de 4% (1985-2002), o crescimento de todas as demais regiões, com exceção da região Norte. A rápida penetração da agropecuária nos Cerrados, a alta produtividade, a utilização de novas tecnologias, os estímulos governamentais e o ambiente natural favorável explicam em grande parte esse dinamismo e sua transformação no maior pólo produtor e exportador do agronegócio no país. É ressaltado o fato de que tal dinamismo ocorre não obstante as graves deficiências em infra-estrutura e logística, das quais decorreram certo isolamento e elevados custos de transporte. O diagnóstico assinala, ainda que, diante do elevado dinamismo econômico, os resultados sobre as condições de vida da população foram limitados, embora o nível dos indicadores sociais seja melhor quando comparado com a média nacional e o das regiões Norte e Nordeste. Adianta, também que, se a

irradiação da dinâmica da economia na melhoria das condições sociais foi modesta, seu impacto sobre o meio ambiente regional foi muito negativo. A recente penetração da agropecuária nos biomas regionais provocou degradação ambiental, com redução da cobertura florestal, a prática da mecanização intensiva e das queimadas, além de deteriorar bacias hidrográficas e erodir solos.

Esse ciclo de modernização e crescimento baseado na disponibilidade de recursos naturais abundantes, inovações

tecnológicas, capacidade empreendedora – que gerou resultados sociais modestos e impactos ambientais negativos – revela sinais de esgotamento e indica uma transição para um novo ciclo de desenvolvimento regional, fundamentada na diversificação produtiva, no aproveitamento sustentável dos recursos naturais e sua recuperação, na consolidação da fronteira e agregação maior de valor. O Plano apresenta um balanço de investimentos voltados para o adensamento das cadeias produtivas e para novos segmentos que nos próximos anos deverão alcançar US\$ 284,3 milhões.

O trabalho de concepção de *cenários* para o Centro-Oeste partiu da montagem de cenários mundiais e cenários do Brasil. Com base nisso e no conhecimento da realidade regional foram concebidos os cenários

para o Centro-Oeste. Para a região foram justificados, descritos e quantificados três cenários: (i) o primeiro, que representaria continuidade do ciclo anterior – taxas altas de crescimento, moderada diversificação produtiva, lenta melhoria das condições sociais e leve redução da degradação ambiental; (ii) o segundo, um novo ciclo de desenvolvimento sustentado, no qual a integração à economia mundial se dá a partir de uma profunda diversificação da atividade produtiva, complementada com intensa melhoria das condições de vida e moderada redução da degradação ambiental e ampla recu-

A rápida penetração agropecuária (com) alta produtividade, ... novas tecnologias, estímulos governamentais e ambiente favorável explica em grande parte... sua transformação no maior pólo produtor e exportador agrícola no país.

peração das áreas degradadas; (iii) o terceiro cenário caracteriza-se pelo crescimento econômico médio, lenta diversificação produtiva, reduzidos avanços nos indicadores sociais e continuidade da degradação ambiental. A visão de futuro do Centro-Oeste, que expressa o que a sociedade regional deseja alcançar em 2020, constitui a referência para a estratégia de desenvolvimento regional. São suas características principais, extraídas da consulta Delfos com os formadores de opinião da região: em 2020 o Centro-Oeste será uma região próspera, economicamente eficiente, socialmente justa, ambientalmente correta, com melhor distribuição da propriedade fundiária e da renda, capaz de criar emprego para sua força de trabalho, com base em melhores relações de trabalho e dispondo de serviços sociais básicos de qualidade.

No que se refere às *potencialidades regionais*, foram identificadas no Plano, entre outras: (i) recursos naturais abundantes e grande biodiversidade; (ii) grande manancial de recursos hídricos; (iii) base produtiva agropecuária moderna e competitiva; (iv) mercado interno em expansão; (v) inovação tecnológica; e (vi) posição regional estratégica no contexto sul-americano. Relativamente aos *problemas* centrais ou *estrangulamentos regionais*, devem ser mencionados: (i) vulnerabilidade da economia, concentrada em *commodities* agropecuárias; (ii) limitado resultado social do dinamismo da economia; (iii) deficiências na qualificação da mão-de-obra; (iv) degradação dos ecossistemas regionais; (v) desarticulação do sistema logístico e gargalos na infra-estrutura econômica; (vi) limitado sentimento de identidade regional; (vii) baixa diversificação produtiva e reduzido adensamento das cadeias produtivas; (viii) crescimento da economia informal e da “economia da contravenção”; (ix) desigualdade socioeconômica intra-regional; e (x) desarticulação da rede de cidades. No que se refere ao *contexto externo*, o diagnóstico ressalta as seguintes *oportunidades* (condições futuras favoráveis): (i) redução das barreiras alfandegárias; (ii) formação e ampliação do mercado de crédito de carbono; (iii) consolidação da ALCA; (iv) expansão da demanda mundial de alimentos; (v) crescimento da demanda de água; (vi) aumento da demanda de energia renovável; (vii) expansão do movimento turístico mundial; (viii) avanço da biotecnologia e busca de informações genéticas da biodiversidade; (ix) crescimento de demanda mundial e nacional da bioindústria; (x)

integração físico-territorial e logística na América do Sul; (xi) impactos de uma reforma tributária; e (xii) política regional brasileira. As *ameaças* (fatores e processos desfavoráveis externos) dizem respeito: (i) às oscilações e declínio dos preços das commodities; (ii) às restrições ao financiamento e capitalização do agronegócio brasileiro; (iii) ao aumento das barreiras técnicas e não-tarifárias no comércio internacional; (iv) às concorrências dos países do MERCOSUL no agronegócio; (v) à biopirataria; (vi) ao controle monopolístico das tecnologias; (vii) à redução dos espaços de atuação fiscal dos Estados; (viii) às mudanças climáticas globais; (ix) à ineficácia da gestão ambiental; (x) à instabilidade política em países vizinhos; e (xi) aos riscos de pragas e epidemias na agropecuária.

Propostas. Com base na análise regional, nos cenários, na identificação de problemas e potencialidades regionais, ameaças e oportunidades externas foram elaboradas *estratégias de desenvolvimento* (macro-objetivos e metas globais, vetores estratégicos, programas e projetos, investimentos necessários e as diretrizes para regionalização), *instrumentos* (financeiros, fiscais e organizacionais) e *modelo de gestão*.

Nos *macro-objetivos da estratégia* está explicitado o macro-objetivo geral de *promover uma reorientação no estilo de desenvolvimento da região que induza ao desenvolvimento sustentável*, além dos macro-objetivos específicos que são apresentados com o seguinte desdobramento: (i) conservação dos ecossistemas e recuperação das áreas degradadas; (ii) melhoria da qualidade de vida e redução das desigualdades sociais; (iii) aumento das oportunidades sociais; (iv) elevação do nível de escolaridade e redução drástica do analfabetismo; (v) aumento da competitividade econômica; (vi) formação de um ambiente regional de inovação; (vii) desenvolvimento de tecnologias limpas e compatíveis com o meio ambiente regional; (viii) integração dos territórios e Estados da região, com redução das desigualdades intra-regionais; (ix) integração da região com o resto do país e com a América do Sul; (x) redução da vulnerabilidade da economia regional decorrente da excessiva concentração em poucos produtos, no agronegócio, na estrutura produtiva regional e na pauta das exportações; (xi) ampliação da agregação de valor e adensamento das cadeias produtivas; e (xii) aumento da capacidade de ges-

Artigo

tão do setor público. Os macro-objetivos são acompanhados de metas globais, com indicadores que permitam monitorar as realizações nos anos de 2010, 2015 e 2020.

A *estratégia* de desenvolvimento está estruturada em seis *eixos ou vetores*, que indicam as respostas da região aos estrangulamentos e problemas e ao aproveitamento das potencialidades regionais, situando-a positivamente no contexto nacional e internacional, aproveitando as oportunidades exógenas e defendendo-a das ameaças desse contexto externo. Os seis vetores estratégicos de desenvolvimento são: (i) democratização e melhoria da gestão pública; (ii) gestão ambiental e recuperação do meio ambiente; (iii) melhoria da educação e fortalecimento do sistema de pesquisa e desenvolvimento (P&D); (iv) ampliação da infra-estrutura social e urbana; (v) ampliação da infra-estrutura econômica e logística; e (vi) diversificação e adensamento das cadeias produtivas visando reduzir a vulnerabilidade econômica regional. O que se espera desses vetores integrados é o aumento da competitividade, a conservação dos ecossistemas regionais e a melhoria da qualidade de vida. No Plano, os vetores se desdobram em 20 programas e projetos. A partir desses últimos foi constituída uma carteira de projetos, priorizados com base na realização de oficina regional. Os investimentos previstos para o Centro-Oeste nos quatro próximos anos alcançam R\$ 147,3 bilhões (formação bruta de capital fixo) e, para a implementação dos vetores nos primeiros quatro anos, cerca de R\$ 52 bilhões.

A estratégia contemplou, ademais, as *diretrizes para a regionalização* dos projetos, a definição dos *instrumentos* (financeiros, fiscais e organizacionais) além do *modelo de gestão*, este último entendido como a forma com que o setor público e a sociedade se organizam para implementar o Plano. Para isso são apresentadas diretrizes gerais e estrutura do modelo.

Os Grandes Temas e as Lacunas da Nova Agenda

a. Os Temas Comuns

Do que foi anteriormente resumido percebe-se a grande abrangência e a ambição dos planos que foram elaborados

nos últimos anos e que compõem, seguramente, uma importante parte da agenda futura do desenvolvimento regional. Uma análise sumária dos planos ressalta alguns pontos em comum que, em parte estão associados à proposta da política nacional de desenvolvimento regional e às práticas de planejamento que foram difundidas, em diferentes escalas, por todo o país.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado como aspecto comum dos planos é o da sustentabilidade. Em todos eles, a preocupação em trabalhar as diferentes dimensões da realidade regional (econômica, social, ambiental), seguindo a concepção de desenvolvimento regional sustentável, esteve presente e definiu a metodologia seguida na montagem dos diagnósticos e na concepção dos objetivos e estratégia.

A esse aspecto comum some-se, em todos os planos, a ênfase que é dada na participação da sociedade, não só na concepção das propostas e projetos, mas na montagem do próprio diagnóstico. A busca de um diálogo entre a visão técnica do plano e a visão política marca os procedimentos metodológicos que foram adotados ou se pretende adotar na montagem final dos planos de desenvolvimento sustentável. Vale ressaltar que o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020), já nessa versão referida, contou com o envolvimento da sociedade por meio de vários procedimentos. Quanto aos outros planos, constituem versões técnicas elaboradas para serem submetidas, no futuro imediato, a um amplo debate sobre a análise e as propostas que foram apresentadas, na perspectiva dos técnicos responsáveis por sua elaboração.

Um outro ponto relevante comum às experiências analisadas é o reconhecimento da grande diversidade e heterogeneidade das regiões examinadas. De fato, ao lado do painel extremamente heterogêneo das macrorregiões, que os planos regionais apresentaram, foi destacada, em cada um deles, a grande diversidade intra-regional que está a exigir dos planejadores e da sociedade um tratamento das especificidades sub-regionais, o que implica, como todos os planos fizeram, um esforço de regionalização de cada macrorregião, a partir do qual se busca perceber não só as particularidades da estrutura socioeconômica e ambiental e da evolução de cada sub-região, mas também a natureza da intervenção que considere a individualidade de cada situação. O esforço

de regionalização realizado em todos os planos constitui um ponto relevante dessas experiências.

Associada a essa questão há ainda que se considerar a proposta de atuação em várias escalas, tratada de modo diferenciado nos referidos documentos. Os planos examinados, sem abandonar a perspectiva macrorregional, passaram a enfatizar o tratamento da realidade regional em múltiplas escalas para o que se tornava necessário não só o desenvolvimento de um trabalho de sub-regionalização, mas de conhecimento particularizado da região, em suas diferentes dimensões no interior do território regional.

Dois pontos adicionais e comuns permeiam os planos considerados, com maior ou menor ênfase. Um deles é a consideração do ambiente externo (país e exterior) em que se situa a região, notadamente no que se refere às relações e às influências internacionais. Além disso, não somente as influências do ambiente externo (ameaças e oportunidades) são consideradas no diagnóstico e nas propostas, como, no caso do Plano da Amazônia e do Centro-Oeste, são referidas propostas (da IIRSA) de articulação físico-territorial continental. Outro ponto diz respeito ao significado e importância das inovações e da ciência e tecnologia no encaminhamento de soluções para as regiões às quais foram elaborados os planos comentados. Em todos eles, seja vinculada ao problema da competitividade da base produtiva regional, no contexto das relações da região com o resto do país e com a economia mundial, seja na busca de soluções para questões sociais e ambientais, a demanda de apoio no desenvolvimento da ciência e tecnologia e a avaliação crítica dos sistemas regionais de produção e difusão de C&T têm uma presença muito forte nos planos.

b. As Lacunas da Agenda

Se houve substanciais avanços no que se refere ao conteúdo das ações e propostas voltadas para o desenvolvimento sustentável das regiões ("o que fazer"), não resta dúvida de que são importantes as lacunas da agenda no tocante às formas de implantação de uma política nacional de desenvolvimento regional para o país ("como fazer").

De fato, não obstante, em todos os pla-

nos, com grau maior ou menor de elaboração, estarem presentes referências e considerações a respeito da institucionalidade ou do modelo de gestão adequado para implantar, monitorar e avaliar as propostas voltadas para o desenvolvimento regional da Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste, há uma grande lacuna na agenda regional, que diz respeito às formas como a sociedade regional e nacional e o Estado brasileiro devem organizar-se para promover o desenvolvimento menos desigual das regiões. Essa preocupação está presente no Plano do Centro-Oeste que expõe com detalhes sua proposta de modelo de gestão; o PAS faz referência à coordenação institucional e relata as iniciativas que estão sendo encaminhadas, o Plano do Semi-Árido propõe a adequação da questão institucional à regionalização concebida. Existem preocupações institucionais para por em prática a implementação das propostas de desenvolvimento regional.

Apesar disso, a lacuna permanece, uma vez que está ausente um modelo de gestão que não só integre e articule o processo de decisão no nível nacional, regional e sub-regional, como também institucionalize o processo participativo, em todas as escalas, que constitui o propósito central deste novo ciclo de planejamento regional que se pretende consolidar, com a agenda que está sendo montada. É evidente que não caberia aos planos voltados para regiões específicas a tarefa de repensar essa estrutura, no entanto é importante ressaltar que ela não foi desenvolvida na proposta nacional de política de desenvolvimento regional, até o presente. Não se devem minimizar as dificuldades administrativas e políticas para avançar nesse sentido. Os esforços realizados com o propósito de recriação das superintendências regionais de desenvolvimento mostram com clareza as resistências existentes.

Os planos,... sem abandonar a perspectiva macrorregional, passaram a enfatizar a realidade regional em múltiplas escalas, (com trabalho de sub-regionalização,...e de conhecimento particularizado da região, nas diferentes dimensões do território regional.

Artigo

De qualquer forma, as experiências de planejamento regional participativo têm mostrado que, sem a institucionalização do envolvimento dos atores sociais no processo decisório, de modo *permanente* e *sistemático*, não só os planos regionais têm vida curta e não resistem aos altos e baixos da política macroeconômica e ao maior ou menor envolvimento pessoal dos dirigentes, como também a participação episódica e sem continuidade tem gerado descrenças e frustrações. A consolidação dos fóruns, comitês e conselhos e sua articulação a uma estrutura que defina as várias instâncias do processo decisório constitui um passo fundamental na montagem da nova agenda regional.

O que se disse a respeito do modelo de gestão se pode afirmar a respeito do financiamento e dos instrumentos de política dos planos regionais. Os documentos examinados tratam sumariamente da questão, assinalam fontes de recursos e outros instrumentos de política, no entanto essa questão tem que ter, também, um tratamento nacional. Nesse particular, não há como deixar de considerar a discussão sobre fundos regionais, sobre a avaliação dos incentivos e a respeito de soluções para as contradições sempre presentes entre os objetivos do planejamento regional e das políticas macroeconômicas e setoriais. Na experiência brasileira o planejamento regional sempre foi refém das políticas monetárias e fiscais que, com seus altos e baixos, influíram negativamente na continuidade e na eficácia de parcela importante dos planos e das políticas regionais. A análise dessa experiência tem de estar presente no avanço da agenda no tratamento do modelo de gestão da política regional e dos instrumentos que devem ser definidos para implementá-la. Um ponto relevante, que não pode ser omitido nessas discussões das lacunas no planejamento regional, diz respeito à necessidade de articular os planos e as iniciativas regionais a um plano

nacional que estabeleça, com a abordagem regional, uma relação, na qual os planos regionais contribuam para o enriquecimento e detalhamento do plano nacional, e este últi-

mo permita a convergência e integração das propostas regionais num projeto nacional mais amplo. Essa integração dos dois níveis – o regional e o nacional – possibilitaria a exploração do grande potencial representado pelas relações inter-regionais e incorporaria, na discussão sobre o desenvolvimento regional, as regiões mais industrializadas, que, na tradição brasileira, estão frequentemente ausentes.

Em síntese, foram substanciais as contribuições dos quatro planos elaborados, e anteriormente resumidos, para a constituição de uma agenda de questões fundamentais para o planejamento do desenvolvimento regional. Não obstante, algumas etapas estratégicas devem ser cumpridas para completar essa agenda, no sentido de garantir suporte institucional aos planos que

serão discutidos e implantados futuramente.

Leonardo Guimarães Neto é economista.

Referências

- 1 Ministério de Integração Nacional – Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Brasília. Agosto 2005.
- 2 Casa Civil da Presidência da República, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério da Integração Nacional – Plano Amazônia Sustentável. Brasília. Maio de 2006.
- 3 Ministério da Integração Nacional. Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste: Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI – Versão para Discussão. Recife, Abril de 2006.
- 4 Ministério da Integração Nacional. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Semi-Árido. Versão para Discussão. Brasília. Novembro de 2005.
- 5 Ministério da Integração Nacional – Secretaria de Desenvolvimento do Centro-Oeste – Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020). Versão Final. Brasília. Agosto de 2006.

Entrevista

O Ministério da Integração Nacional, ao lado de sua principal função, o Desenvolvimento Regional, responde pela mais delicada das políticas de Infra-Estrutura: Investimentos Hídricos

O Engenheiro Hypérides Macêdo considera que água não é tão somente mais uma infra-estrutura para o desenvolvimento econômico; é, sobretudo, tema da Agenda 21 da ECO 92 e, como tal, merece tratamento peculiar.

O Engenheiro Hypérides Macêdo, Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, professor de Hidráulica e Recursos Hídricos, considera que água não é tão somente mais uma infra-estrutura para o desenvolvimento econômico; é, sobretudo, tema da Agenda 21 da ECO 92 e, como tal, merece tratamento peculiar, em que o planejamento das ações não dispensa a contribuição natural e sua integração socioambiental. A obra hídrica é metade do homem e metade da natureza. No caso de uma barragem, por exemplo, o homem executa o barramento, a chuva e o solo propiciam o lago.

O recurso hídrico, na sua concepção mais abrangente,

compreende quatro elementos básicos da natureza: a água, a flora, o solo e o homem, no sentido antrópico. Em função desse complexo de quatro faces, a obra hídrica aprofunda cada vez mais sua ligação com a vida das pessoas e com a sobrevivência do planeta.

Além da mística que a fonte de água sempre manteve com

os mistérios e as divindades no imaginário dos povos primitivos, seu manejo exige aparatos nos âmbitos técnico, jurídico e institucional, visando disciplinar sua oferta e seu uso, no plano econômico do desenvolvimento.

Que programa para o futuro a SIH está implantando no Ministério?

A partir de 2003, por decisão Ministerial, foi priorizado o Proágua Semi-Árido, considerado padrão de qualidade para empreendimentos de infra-estrutura no âmbito do próprio governo. A SIH aproveitou a experiência e implementou um novo projeto, visando alcançar todo o território brasileiro e unificar as ações de infra-estrutura hídrica, o Proágua Nacional, e reeditou, ainda, a parceria com a Agência Nacional de Água (ANA), que existia no programa anterior.

O que representa, que princípios advoga e que linhas de ação segue o Proágua Nacional?

Esse Programa tem como base uma série de princípios gerais objetivando imprimir maior eficiência e qualidade no



Entrevista



Barragem São Bento – SC

planejamento e na execução de seus projetos específicos. Assim, contempla:

- Aumentar a complementaridade de obras que tenham positiva avaliação custo/benefício;
- Planejar a execução de obras hídricas em Módulos, Etapas e Fases, gerando benefícios parciais;
- Implementar projetos de obras que integrem planos regionais de desenvolvimento, planos estaduais de recursos hídricos ou bacias hidrográficas;
- Hierarquizar as alternativas elencadas nos estudos de viabilidade;
- Elaboração de um programa de água subterrânea com poços pioneiros muito profundos em aquíferos estratégicos;
- Um exame mais acurado da integração de regiões com limitações no desenvolvimento de ordem física, social, econômica ou de gestão;
- Priorizar o combate à desigualdade, investindo em regiões ou ilhas territoriais com pouco potencial de crescimento;
- Busca de integração de fronteiras visando ao desenvolvimento institucional de unidades da federação com limitado nível de ação na infra-estrutura hídrica de qualidade.

Por outro lado, o Programa tem uma estratégia de atuação espacial, notadamente em regiões com menor articulação no âmbito da infra estrutura hídrica, como nas seguintes áreas e respectivos projetos:

- Fronteira Amazônica: macrodrenagem das cidades visando à saúde urbana (tirar a malária de dentro da cidade);
- Semi-Árido do Nordeste: integração de bacias;

- Costa Atlântica: engenharia costeira com estudo de modelagem;
- Metade Sul do Rio Grande do Sul: reservatórios de regularização de superfície;
- Zona do Carvão de Santa Catarina: reservatórios de água de superfície;
- Corredores de Pobreza do Centro Oeste e Tocantins: irrigação de cerrado;
- Outras Regiões: abastecimento de água.



Adutora Florânia – Tenente Laurentino – RN

Qual a palavra-chave do atual Programa de Infra-Estrutura Hídrica da Secretaria?

Esta Secretaria busca, de forma determinada, retomar seus planos de empreendimentos em obras hídricas. Para tanto, vem estimulando alguns estados a procurar o ordenamento de seus recursos hídricos no plano físico e institucional.

Ao mesmo tempo que visa estabelecer alguns empreendimentos estratégicos para desenvolver cada região, vem implementando projetos e ações para consolidar, a curto prazo, seus objetivos.

Em que consiste o Programa de Integração de Bacias da SIH?

É preciso considerar que o projeto do São Francisco contém os seguintes componentes:

- Programa de Revitalização do Rio São Francisco (PRSF);
- Projetos de Integração de Bacias Hidrográficas (PIBHI);
- Projetos para Armazenamento e Distribuição da Água

(PROAD), neles *integrados esta ação o Proágua Semi-Árido, adutoras regionais e eixos de integração nas bacias receptoras;*

- Ações Localizadas de Infra-Estrutura;
- Ações na Área de Gestão dos Recursos Hídricos.

Com base nessa determinação técnica foram estudados, através de convênio com a SIH/MI, projetos e obras de integração interna nos territórios do Piauí, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará, de Pernambuco e de Alagoas.

Essa integração interna do território das bacias receptoras corresponde a fazer a água chegar na ponta dos dedos das mãos, enquanto os eixos da interligação com o Rio São Francisco serão os braços da integração maior.



Eixo de Integração – CE

Embora seja uma questão de grande amplitude territorial para ser abordada nesta entrevista, o senhor poderia mencionar quais as principais ações do Programa Integração das Bacias Receptoras nos Estados?

No Piauí, a principal ação é a da integração da Fronteira Seca.

Nessa área do semi-árido do Nordeste, haverá uma integração da bacia do Rio São Francisco, a partir da barragem de Sobradinho, às bacias dos Rios Piauí, Canindé, Poti e Longá. Alguns açudes de grande porte, já construídos, poderão servir de apoio para essa interligação.

Uma outra ação é analisar a interligação do sistema de reservatórios, adutoras e rios com o futuro projeto do Canal do Sertão Pernambucano para integrar o Piauí.

O projeto busca finalmente transferir água da zona úmida, ou com melhor disponibilidade hídrica, para a fronteira seca do Estado.

Na Paraíba, a principal ação é a da integração da Região do Brejo e Planície Costeira.

Nesse contexto de aproveitamento das águas do São Francisco, no âmbito da Vertente Litorânea, destacam-se duas alternativas que já se apresentam como soluções integradas ao projeto de aproveitamento das disponibilidades hídricas dessa região:

1. O Eixo Açude Boqueirão / Campina Grande / Curimatá, que surge como um prolongamento do subeixo da transposição que levaria as águas do São Francisco até esse importante pólo de desenvolvimento do estado;
2. O Eixo Acauã / Camaratuba, que possibilitará integrar as bacias do Paraíba, Gurinhém, Mamanguape e Camaratuba, garantindo o atendimento de toda a Planície Interior.

Já no Rio Grande do Norte, a principal ação é a da integração da Bacia do Seridó com o Sistema Açú.

A proposta visa apresentar uma alternativa a ser estudada, que é a de integrar os Rios Piranhas/Açu, principal curso de água receptor das águas do São Francisco, com a bacia do Rio Seridó, da forma mais abrangente possível, de modo que a zona mais importante da região seja prioritariamente beneficiada. A proposta objetiva também integrar a futura barragem do Oiticica, cujo projeto deverá ser redirecionado e redimensionado, com novas funções, inclusive a interligação com a bacia do Seridó.

O projeto, aqui denominado Eixo de Integração do Seridó, contará com um sistema de adução, constituído de curtos trechos de adutora e extenso canal, que tem início próximo da barragem Oiticica.

O eixo de Integração continua, dessa vez através de leitos naturais, seguindo pelo Rio Quimproró até o açude Cruzeta. Daí, pelo Rio São José, até o açude Passagem das Traíras, e, finalmente, ao açude Itans, beneficiando diretamente as cidades de Cruzeta, Caicó e São Fernando. Essa diretriz, além de passar pelo coração do Seridó, pode indiretamente beneficiar com adutoras, Florânea, Acari, Jardim do Seridó, Parellhas e até Currais Novos.

Entrevista

No estado do **Ceará**, uma das ações é a realização do Eixo Jaguaribe/RMF/Pecém.

Esse eixo de integração, que é o principal e mais importante do Ceará, interliga o Açude Castanhão às principais manchas irrigáveis de solo da Região, como São Brás, Roldão, Tabuleiro de Russas e Ibicuitinga. O canal Jaguaribe/RMF/Pecém cruza dez bacias do estado, entre elas, as dos rios Palhano, Pirangi, Choró, Pacoti, Maranguape e São Gonçalo, quando então abastece ao mesmo tempo o complexo metropolitano e o porto industrial de Pecém.

Outra ação é a do Eixo Orós / Feiticeiro, que transfere água do açude Orós para o Riacho das Almas, Riacho e açude Feiticeiro e Nova Floresta. Trata-se de uma região seca, porém considerada importante, como bacia leiteira do estado.

Em **Pernambuco** a principal ação é a da integração do Eixo Norte e Leste com Sistemas de Adutoras, Rios e Açudes do Sertão e Agreste:

O estado terá o privilégio de possuir dois eixos básicos da integração cruzando o seu território: o Norte, a zona do Sertão e o Leste, no limite do Sertão com a Zona do Agreste. Outro eixo hídrico que será implementado abastecerá a região do Sertão Oeste. Esse canal é denominado Projeto Sertão Pernambuco.

O Eixo Norte será interligado ao ramal do Rio Brígida e adutoras do Sertão.

O Eixo Leste será interligado ao Rio Ipojuca, que também liga o Capibaribe e açude Jucazinho. Nesse mesmo eixo serão alimentadas as adutoras de Pajeú e Frei Damião, esta última na região do Agreste Meridional.

No estado de **Alagoas** o objetivo é a execução do Plano de Interligação do Canal do Sertão com o Sistema de Adutoras para Abastecimento de Água do Território Alagoano.

O semi-árido alagoano apresenta sérias limitações: solo cristalino, impróprio para irrigação e cortado por rios salinos. O sistema de adutoras baseado no Rio São Francisco, sobe o território para abastecer comunidades, vencendo distâncias de até 100 quilômetros e altitudes acima de 200 metros. Essa malha de adutoras opera de forma precária, com problemas de equilíbrio de carga, controle de vazão, perdas na linha e viabilidade financeira.

Com a implantação do Canal do Sertão, um eixo hídrico localizado na linha de cumeada do território, todo o sistema de adutoras da região semi-árida de Alagoas poderá ser abastecido a partir do canal, operando todas elas por gravidade, reduzindo os custos de energia e ampliando significativamente o controle, a eficiência e a sustentabilidade do sistema.

Para **Minas Gerais** a ação programada é a de regularização das Bacias Pardo, Jequitinhonha e Mucuri.

Embora a região mais pobre desse estado seja a bacia do Jequitinhonha, por questões políticas e omissão do MI, os investimentos ocorriam, em sua maioria, na bacia do Pardo: Berizal, Salinas, Machado Mineiro, Peão e outros. Setubal é o primeiro investimento estratégico do MI no Jequitinhonha, visando ampliar a oferta de água na zona mais pobre.

Setubal e a hidroelétrica de Irapé confluem em Araçuaí e regularizam o rio até Almenara, região onde se concentra a pobreza e onde o abastecimento e o aproveitamento hidroagrícolas poderão mudar o perfil da região. Há também o projeto de açude na bacia do Mucuri.

Qual o modelo mais eficiente que a SIH vem implementando para o abastecimento de água das populações do semi-árido Nordestino?



Adutora de Jucazinho – PE

A oferta de água para garantir o abastecimento de cidades e de comunidades, em face da limitação do número de fontes hídricas seguras, exige projetos de sistemas integrais regionais para múltiplos consumidores. Um projeto típico é a Adutora de Jucazinho em Pernambuco.

Que nova estratégia a SIH está induzindo para o programa hidroagrícola dos estados de Goiás e Tocantins?

A tradição da irrigação nessa região, com base no antigo PROVARZEAS, era de projetos de irrigação em aluviões inundáveis, sobretudo nas margens do Rio Araguaia. Essas áreas, com sérios problemas de drenagem, eram também voltadas para a rizicultura. Além das limitações nos cultivos agrícolas, as licenças ambientais para novos projetos vão enfrentar grandes obstáculos e dificuldades para vigorar, pois os rios adquirem cada vez mais o caráter de santuário ecológico.

Vale ressaltar também que as áreas de tabuleiro são menos impactantes; além de não apresentarem significativas preocupações com a drenagem, mostram-se flexíveis para a geração de produtos mais nobres, de maior valor agregado, até mesmo frutas, pois o clima da região propicia condições favoráveis para a qualidade dos produtos.

O MI tem interesse em estimular esse programa de irrigação, em direção às manchas de Podzólicos, Cambisolas e Latossolos, a exemplo dos projetos Natividade, Palmeiras, Taguatinga, Paranã, em Tocantins e Campo Alegre em Goiás. Áreas de produção de grãos, onde os produtores poderão cultivar maior biodiversidade com o uso da irrigação, estão disciplinadas pela gestão dos Recursos Hídricos.



Café Irrigado / Cebola Irrigada – Solo de Cerrado

Que importantes programas, decorrentes da extinção do antigo DNOS, a SIH herdou e assumiu?

Chamemos a atenção para os seguintes projetos:

No de Engenharia Costeira, vejamos, por exemplo, o de Conceição da Barra.

O problema foi enfrentado inicialmente sem um estudo, contemplando um enrocamento pesado longitudinal à costa, ação que terminou agravando a situação de instabilidade da orla marítima.

A SIH iniciou um projeto que incorpora uma modelagem em laboratório do processo erosivo, gerando uma concep-



Ilustração de Ação Corretiva de Conceição da Barra – ES

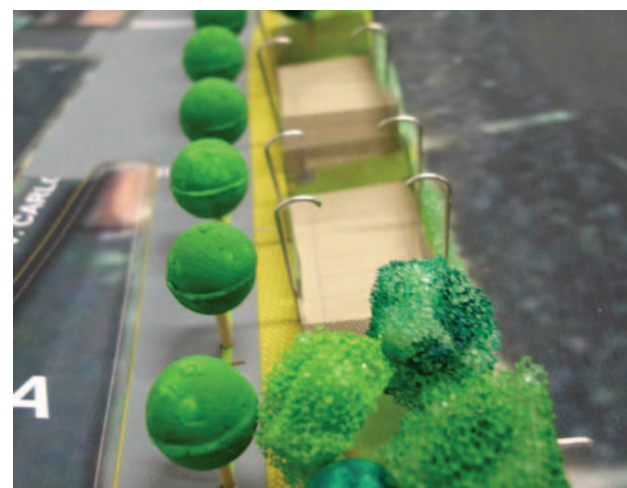


Ilustração de Ação Preventiva de Conceição da Barra – ES

Entrevista

ção construtiva, visando equilibrar o efeito do avanço do mar no estuário do Rio São Mateus.

No de Controle de Enchente, consideramos como o caso mais marcante, o Vale do Itajaí em Santa Catarina.

Ali, as formas mais objetivas de prevenir níveis agudos de cheias são baseadas em obras de controle das cheias, como as barragens, as cortinas de retenção na microbacia e as retificações das calhas fluviais.

No projeto de Segurança de Barragem, tivemos a situação mais grave com a barragem de Poço Branco, no Rio Grande do Norte.

Vale lembrar que uma instituição responsável por obras hídricas se obriga a ter um sistema de monitoramento das obras de barragens visando a sua manutenção e recuperação.

No Programa de Macrodrenagem, priorizamos a fronteira amazônica, aplicando um modelo bem característico à capital do Estado do Tocantins, Palmas.

Como se sabe, na fronteira amazônica, o programa de macrodrenagem propicia saúde ao meio urbano, pois evita focos de doenças.

Que outros programas a SIH/MI implementou?

Por exemplo, o de *Controle de Erosão*.

A degradação dos elementos naturais, principalmente da flora, deixa a superfície do solo vulnerável a processos erosivos. Há que se executar medidas como a construção de terraços, muros de arrimo, drenos e recuperação das áreas degradadas, através do reflorestamento e de controle do escoamento.



Caratinga – MG

Outro, é o de *Poços Pioneiros em Aquíferos Estratégicos*.

O programa de exploração de aquíferos precisa avançar na pesquisa hidrogeológica, com tecnologia de execução de



Poços Pioneiros em Aquíferos Estratégicos – PI

poços de média e grande profundidades, realização de traçados dos perfis geológicos, teste de vazão e monitoramento de uma produção sustentada.

Quais as principais ações que a SIH implementou em termos de modernização da Infra-Estrutura Hídrica?

Vejamos dois exemplos.

Ação de Modernização da Infra-Estrutura Hídrica.

Em Sergipe, projetamos um Centro de Monitoramento do Sistema de Abastecimento de Água de Superfície para o estado, dado que ele tem a maior densidade de adutoras por quilômetro quadrado de território, tendo como fonte um manancial permanente, que é o Rio São Francisco. Esse sistema poderá ser mais eficiente, mais bem controlado em tempo real, monitorando toda a operação da malha de adutoras de abastecimento de água do território sergipano.

Considerando-se a implantação de extensa rede de adutoras de abastecimento de água na região Nordeste, esse modelo de Sergipe poderá ser um “piloto” do que deve ser implementado em outros estados nordestinos, pois as adutoras regionais do Proágua, além de beneficiarem múltiplas zonas do território do semi-árido, possuem extensão que

exige um programa de automação e controle.

Em Pernambuco, realizamos um projeto de um Centro de Monitoramento do Sistema de Abastecimento de Água Subterrânea para Recife.

A zona do Recife já experimenta rebaixamento do nível do solo, pois a própria Avenida Agamenon Magalhães, em alguns pontos, apresenta processo de recalque. Para tanto, é importante monitorar o nível dos poços sistematizados para um exame da situação. Esse Centro vem ao encontro da competência de Pernambuco no assunto, através de seu Laboratório Hidrogeológico: o LABIRH.



Centro de Monitoramento

Que tipo de ação qualitativa tem sido feita no âmbito da gestão?

A SIH através do Proágua nacional propõe uma ação de desenvolvimento institucional dos órgãos de infra-estrutura hídrica. Tal estratégia se pauta nas seguintes ações de modernização dos principais órgãos de execução de Infra-Estrutura do MI. Como exemplos:

- Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica (SIH): Centro de Informação (Biblioteca Eletrônica);
- CODEVASF: Apoiar sua nova estrutura, principalmente a área de Gestão dos Empreendimentos na Irrigação;



Biblioteca Eletrônica



Produtos de área de irrigação

- DNOCS: instituição de Centros de Excelência:
 - Monitoramento dos Principais Sistemas Hidráulicos: Orós/Castanhão, Oiticica/Açu, Coremas/Mão D'água etc.
 - Geoprocessamento para atualização de Cartas Temáticas do Nordeste – DNOCS/SGE
 - Paineis Internacionais de Segurança de Grandes Barragens.
 - Centro de Memória do Semi-árido com salas de videoconferência nos açudes emblemáticos do DNOCS

Entrevista



Barragem do Castanhão – CE



Açude Cedro – Ceará

- Museu da Água no Açude Cedro (Quixadá – CE)
- Centro Avançado de Aqüicultura, revitalizando as estruturas existentes no próprio órgão e sua tradição tecnológica.

Como integrar a ação da SIH com o projeto de desenvolvimento regional?

Há uma prioridade para intervenção da SIH no âmbito mesorregional e nas zonas críticas com alguma limitação hídrica para seu desenvolvimento.

Como modelo de intervenção, citemos o Paraná, por tratar-se de um Estado desenvolvido, o Proágua Nacional deverá contemplar nessa primeira fase, como exemplo, a zona de arenito no noroeste do território estadual, onde o processo erosivo atinge níveis da calamidade pública.



Modelo de Intervenção – PR

Há também uma preocupação da SIH/MI com a infraestrutura já existente?

Nesse aspecto pontificam duas ações: a revitalização e a complementaridade.

Revitalização de Infra-Estrutura Hídrica Desativada, através do estudo para Recuperação Hierarquizada das Obras dos Canais de Campos no Estado do Rio de Janeiro

Esse conjunto de obras está praticamente abandonado. A ação consiste em revitalizar, de forma hierarquizada, obras de recuperação em módulos, etapas e fases.

Informes

Ordenamento Territorial foi tema de Seminário realizado em Brasília/DF

O Ministério da Integração Nacional promoveu, nos dias 07 e 08 de novembro, em Brasília (DF), o Seminário Nacional de Ordenamento Territorial. O evento foi realizado no Auditório Petrônio Portela, Anexo II do Senado Federal, e teve como objetivo o envolvimento da sociedade na apreciação e avaliação do documento que serve de ponto de partida para a elaboração de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT.

A iniciativa partiu da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional (SDR), do Ministério da Integração Nacional, fundamentada no preceito constitucional que estabelece “competência à União para elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação territorial e de desenvolvimento econômico e social”.

A contribuição das diferentes representações da sociedade civil, parlamento, instituições públicas e privadas, universidades e órgãos governamentais, comporá o documento da proposta da PNOT, processo que conta com a parceria do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília – UnB e da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica – ABIPTI, por meio do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. O sítio do Ministério oferece oportunidade a qualquer cidadão de participar da elaboração da proposta da referida Política. Basta acessar <www.integracao.gov.br> e clicar em seguida no *link* relacionado ao Seminário Nacional de Ordenamento Territorial, para se associar ao fórum de discussão disponível.

Programa de Capacitação em Desenvolvimento Regional

Foi realizada, em Fortaleza, de 16 a 20 de outubro último, a primeira etapa do Programa de Capacitação em Desenvolvimento Regional, iniciativa do Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional – SDR, em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA.

Esse Programa se insere no esforço do Ministério da Integração Nacional – MI no sentido da institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Ao fomentar essas ações de capacitação, o MI busca ampliar o entendimento dos agentes responsáveis pela execução de programas e projetos de base territorial sobre o alcance e os propósitos da PNDR, além de propiciar maior integração a essa Política dos níveis nacional e subnacionais, na perspectiva da construção de uma rede de instituições públicas e da sociedade civil, identificadas e comprometidas com suas propostas e seus objetivos.

O Programa foi sendo oferecido a uma turma de 30 participantes, composta por servidores governamentais, federais e estaduais, e por representantes de fóruns e agências de desenvolvimento, integrantes dos programas regionais do MI, e de organizações da sociedade civil. A primei-

ra etapa foi conduzida com base em palestras e painéis de debate que buscaram nivelar e atualizar conceitos e fundamentos sobre as questões centrais do desenvolvimento regional, permitindo aos participantes se aproximarem dos grandes temas da pauta das instituições que hoje lidam com o assunto.

Uma segunda etapa do Programa aconteceu também em Fortaleza, entre os dias 6 e 10 de novembro, e consistiu de oficinas de trabalho, nas quais cada equipe agregou, com base em dados secundários e com a orientação dos instrutores, conhecimentos específicos sobre sub-regiões previamente selecionadas, de modo a caracterizá-las econômica, social e institucionalmente.

A terceira e última etapa consistiu de uma visita de campo, que ocorreu entre os dias 11 e 16 de dezembro do corrente ano, com o objetivo de aprofundar conhecimentos sobre a realidade local, agregando ao conjunto de dados sistematizados na fase anterior informações que somente visitas *in loco* podem proporcionar.

Além de capacitar seus participantes nos fundamentos e instrumentos de uma ação integrada de desenvolvimento regional, os resultados do Programa proverão também subsídios a eventos de formação similares, a serem proximamente promovidos pelo Ministério da Integração Nacional.

Fundos Constitucionais de Financiamento – parte 2

Elmer N. Matos

1.1 Introdução

Dando continuidade ao acompanhamento das informações sobre os Fundos Constitucionais de Financiamento para as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, neste terceiro número do Boletim Regional, serão analisadas novas variáveis e dar-se-á prosseguimento ao movimento de alocação espacial dos mesmos, agora desenvolvendo o tema para as microrregiões geográficas.

Instituídos para atuar como parte da política de desenvolvimento regional, os Fundos têm como objetivo contribuir para melhorar as condições econômicas e sociais daquelas três regiões e promover o equilíbrio socioeconômico entre Estados e Municípios, mobilizando recursos federais destinados aos investimentos que facilitem a geração de melhorias ao ambiente econômico nas mais diversas atividades.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento, como instrumento de política pública para estimular as oportunidades de investimentos, despertam interesse pela importância como modalidade de crédito de desenvolvimento direcionado ao melhor aproveitamento dos recursos produtivos e maior incremento das potencialidades regionais, além de propiciarem a possi-

bilidade de melhorias para as comunidades locais.

Além da Introdução, este texto contém outras três seções: na segunda serão apresentados os valores repassados aos fundos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN); o número de empregos diretos criados pelos Fundos Constitucionais de Financiamento e de seu custo médio será objeto de análise na terceira seção; na quarta seção será apresentada a alocação espacial dos fundos por microrregião e discutida sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento regional.

1.2 Os repasses de recursos aos Fundos

Como indica a Tabela 1, a magnitude dos repasses da STN aos Fundos Constitucionais apresenta dois movimentos distintos: o primeiro é o de queda, entre 1990 e 1995, crescendo anualmente a partir de 1996, para somente superar os valores de 1995 em 1999 e, a partir deste último ano, com crescimento dos valores reais até 2005. Com a taxa de crescimento médio anual de 7,8% entre 1995 e 2005, aqueles valores repassados superam em muito a taxa de crescimento econômico do país, o que pode ser explicado pela origem da base de sustentação dos recursos – a arrecadação do IR e do IPI –, que vem apresen-

tando forte crescimento real ao longo do período analisado.

1.3 Custo médio e estimativa do número de empregos diretos criados

Como um dos objetivos dos fundos constitucionais de financiamento é a geração de postos de trabalho, a Tabela 2 apresenta esse indicador e o custo médio de criação de cada emprego. Entre os três fundos, o que mais criou empregos foi o FNE (4,5 milhões), em parte, pelo fato de o mesmo reter 60% dos repasses do Tesouro e, também, em decorrência das diferentes estruturas produtivas regionais, conforme será destacado adiante. O FNO é o segundo que mais criou empregos, embora deva ser feita a ressalva de que neste se incluem, em alguns anos, os empregos indiretos.

No tocante ao custo médio de criação do emprego, os valores são bastante díspares: no Nordeste o emprego criado representa apenas 20% dos custos de criação no Centro-Oeste e 34% da região Norte. Já o custo de criação do emprego no Norte em relação ao Centro-Oeste é de 59%. Em termos monetários isso significa que, para cada R\$3,3 mil aplicados com recursos do Fundo Constitucional, é gerado 1 novo posto de tra-

Estatísticas básicas

Tabela 1 – Repasses* da STN aos Fundos (R\$ mil) e taxa de crescimento anual (%): 1989-2005

Ano	FCO	FNO	FNE	Total	Ano	FCO	FNO	FNE	Total
1989	138.160	138.160	414.483	690.803	1989/1990	210,40	210,40	210,40	210,40
1990	428.855	428.855	1.286.574	2.144.284	1990/1991	-19,52	-19,52	-19,52	-19,52
1991	345.131	345.131	1.035.401	1.725.663	1991/1992	-5,86	-5,86	-5,86	-5,86
1992	324.902	324.902	974.705	1.624.509	1992/1993	26,96	26,96	26,96	26,96
1993	412.486	412.486	1.237.466	2.062.438	1993/1994	-5,50	-5,50	-5,50	-5,50
1994	389.810	389.810	1.169.435	1.949.055	1994/1995	2,73	2,73	2,73	2,73
1995	400.462	400.462	1.201.381	2.002.306	1995/1996	-6,04	-6,04	-6,04	-6,04
1996	376.285	376.285	1.128.858	1.881.428	1996/1997	3,20	3,20	3,21	3,21
1997	388.344	388.344	1.165.046	1.941.734	1997/1998	1,67	1,67	1,67	1,67
1998	394.829	394.829	1.184.480	1.974.139	1998/1999	3,04	3,04	3,04	3,04
1999	406.827	406.827	1.220.477	2.034.132	1999/2000	11,53	11,53	11,54	11,53
2000	453.747	453.747	1.361.262	2.268.756	2000/2001	20,83	20,83	20,83	20,83
2001	548.253	548.253	1.644.756	2.741.262	2001/2002	14,98	14,98	14,98	14,98
2002	630.393	630.393	1.891.179	3.151.965	2002/2003	1,34	1,09	1,12	1,16
2003	638.814	637.269	1.912.338	3.188.421	2003/2004	13,17	13,45	13,42	13,37
2004	722.970	722.970	2.168.907	3.614.847	2004/2005	17,42	17,42	17,42	17,42
2005	848.923	848.923	2.546.769	4.244.616	1995/2005	7,80	7,80	7,80	7,80

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Ministério da Integração Nacional, obtido em www.integracao.gov.br.

*Valores atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2005.

Tabela 2 – Aplicação (R\$ mil)* dos recursos, nº e custo médio (R\$) de empregos diretos criados pelos fundos: 1990-2005

Ano	FCO	FNO	FNE	Ano	FCO	FNO	FNE
	Aplicação (a)	Nº de emprego direto (b)	Custo médio (a/b)		Aplicação (a)	Nº de emprego direto (b)	Custo médio (a/b)
1990	297.124	7.055	42.115	266.910	9.017	29.601	nd
1991	340.032	14.563	23.349	105.046	11.815	8.891	nd
1992	167.957	10.342	16.240	213.379	3.882	54.966	nd
1993	472.352	24.426	19.338	199.309	9.578	20.809	nd
1994	331.236	23.620	14.024	527.881	24.022	21.975	nd
1995	200.800	16.071	12.495	371.492	22.804	16.291	1.040.373
1996	253.875	17.124	14.826	213.038	15.395	13.838	1.303.763
1997	348.000	21.501	16.185	79.211	7.673	10.323	905.241
1998	430.583	31.170	13.814	207.284	20.856	9.939	945.333
1999	196.169	23.077	8.501	510.924	31.202	16.375	749.454
2000	332.250	24.958	13.312	809.051	193.714**	4.177	660.511
2001	1.111.815	48.397	22.973	517.729	85.999**	6.020	345.821
2002	1.595.911	64.009	24.933	671.370	133.645**	5.024	282.312
2003	988.320	145.914	6.773	1.142.002	110.830**	10.304	1.078.813
2004	1.215.603	52.092	23.336	1.370.963	89.892	15.251	3.326.775
2005	1.487.607	65.956	22.555	988.430	61.941	15.958	4.223.037
Total	9.769.634	590.275	16.551	8.194.019	832.265	9.845	14.861.433

Fonte: Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil apud www.integracao.gov.br.

*Valores atualizados pelo BTN e pela TR, a preços de dezembro de 2005. **Empregos diretos e indiretos. nd: não disponível.

balho no NE, enquanto, para as regiões NO e CO, esses valores são de, respectivamente, R\$ 9,8 mil e R\$16,5 mil. Essa baixa relação custo médio R\$/emprego gerado indica, conforme destacado no Boletim anterior, um forte direcionamento dos recursos para atividades rurais em que os investimentos necessários para geração de novo emprego são menores *vis-à-vis* à indústria.

Alguns fatores podem responder por esse menor custo de criação do emprego na área de atuação do FNE e do FNO em relação ao FCO: a maior aplicação dos recursos em atividades com menor intensidade de capital e por tomadores de menor porte; a destinação dos recursos para o maior número de estados, e, por conseqüência, para o maior número de municípios, logo onde a remuneração salarial é a mais baixa.

1.4 A alocação espacial dos fundos por microrregião

A análise efetuada levando em conta a destinação dos recursos por microrregiões possibilita maior detalhamento espacial de sua distribuição *vis-à-vis* à análise por unidades federativas realizadas no Boletim anterior.

Dessa forma, observa-se que na região Norte, conforme indicado na Tabela 3, entre as dez microrregiões que mais obtiveram recursos para investimento, entre 2000 e 2005, aparecem apenas as dos estados do AM, PA, AC, de RO e TO. Além disso, entre aquelas microrregiões aparecem três capitais (Belém, Manaus e Rio Branco), grandes concentradoras da economia e da renda de seus respectivos estados, assim como microrregiões que têm como centro principal cidades im-

portantes, com influência regional devido a seu maior peso econômico, como é o caso de Marabá, Altamira e Santarém, no Pará, de Araguaína, em Tocantins, e Cacoal e Ji-Paraná, em Rondônia.

Em termos gerais, observa-se a não-aplicação dos recursos do FNO nas áreas menos desenvolvidas, ficando tais recursos concentrados nos principais pólos de desenvolvimento econômico regional, reforçando as conclusões anteriormente apresentadas no Boletim Regional 2.

Para se ter uma idéia mais abrangente da concentração do FNO por microrregiões, serão apresentados, respectivamente, os dados anuais do número de microrregiões beneficiadas e a soma do percentual das dez microrregiões com maior participação nos valores contratados sobre o total: 2000 – 61 e 48,28%; 2001 – 59 e 56,52%; 2002 – 61

Tabela 3 – FNO – Dez microrregiões com maior participação relativa por valores e número de operações contratados: 2000-05

2000	Miracema do Tocantins/TO	Marabá /PA	Conceição do Araguaia/PA	Belém /PA	Araguaína TO	Altamira PA	Ji-Paraná RO	Paragominas PA	Cacoal RO	São Félix do Xingu/PA
Valor	10,71	5,79	4,55	4,54	4,39	3,93	3,85	3,85	3,39	3,28
Nº Op.	3,51	2,14	3,98	0,80	3,36	1,68	8,53	0,98	6,44	1,50
2001	Marabá PA	Belém PA	Miracema do Tocantins/TO	Paragominas/PA	Manaus AM	Conceição do Araguaia/PA	Araguaína TO	Rio Branco AC	Altamira PA	Rio Formoso/TO
Valor	9,56	6,66	6,43	5,71	5,53	4,84	4,71	4,59	4,55	3,94
Nº Op.	2,16	1,54	8,26	3,25	1,00	5,84	4,45	4,52	8,28	2,15
2002	Belém PA	Marabá PA	Paragominas PA	Manaus AM	Rio Branco AC	Vilhena RO	Santarém PA	Conceição do Araguaia/PA	Ji-Paraná RO	São Félix do Xingu/PA
Valor	4,50	4,29	3,79	3,35	2,35	2,01	2,00	1,97	1,86	1,61
Nº Op.	1,45	0,89	1,65	1,11	0,43	0,95	0,40	1,07	1,08	0,76
2003	Belém PA	Marabá PA	Manaus AM	Miracema do Tocantins/TO	Santarém PA	Ji-Paraná RO	Porto Nacional/TO	Paragominas PA	Dianópolis TO	Araguaína TO
Valor	17,98	7,80	7,25	4,42	4,18	3,94	3,78	2,91	2,88	2,83
Nº Op.	1,69	4,07	1,54	4,05	2,49	8,54	1,78	1,42	1,17	4,28
2004	Belém PA	Manaus AM	Marabá PA	Miracema do Tocantins/TO	Ji-Paraná RO	Jalapão TO	Araguaína TO	Rio Branco AC	Paragominas PA	Tucuruí PA
Valor	9,83	9,36	6,54	6,10	3,36	3,17	2,92	2,72	2,57	2,56
Nº Op.	0,85	0,88	3,07	5,30	5,92	0,84	2,07	1,80	0,82	5,19
2005	Marabá PA	Belém PA	Miracema do Tocantins/TO	Rio Branco AC	Manaus AM	Bico do Papagaio /TO	Porto Velho RO	Jalapão TO	Ji-Paraná RO	Porto Nacional/TO
Valor	9,48	8,95	6,69	5,82	4,05	3,68	2,99	2,86	2,80	2,78
Nº Op.	3,69	0,42	5,02	5,42	2,46	5,60	5,90	2,14	3,80	2,79

F onte: Dados brutos disponibilizados pelo MI e IPEA.

Estatísticas básicas

e 58,40%; 2003 – 61 e 57,97%; 2004 – 60 e 49,13%, e; 2005 – 58 e 50,10%.

Assim como os recursos do FNO, os do FCO concentram-se nas microrregiões com maior padrão de desenvolvimento e nas áreas com maiores economias de aglomeração, conforme indica a Tabela 4. São as microrregiões onde estão localizadas as capitais (Goiânia, Campo Grande,

Cuiabá e Brasília), e regiões de forte desenvolvimento agropecuário e agroindustrial, como a do Sudoeste de Goiás, a de Dourados e a de Rondonópolis, ou mesmo regiões com maior atividade industrial, como Anápolis, ou próximas de áreas com boa estrutura econômica, como é a do entorno de Brasília.

Para analisar a concentração do FCO

por microrregiões, serão apresentados, respectivamente, os dados anuais do número de microrregiões beneficiadas e a soma do percentual das dez microrregiões com maior participação nos valores contratados sobre o total: 2000 – 51 e 58,37%; 2001 – 52 e 54,82%; 2002 – 52 e 46,81%; 2003 – 52 e 52,76%; 2004 – 52 e 46,34%, e; 2005 – 52 e 51,17%.

Tabela 4 – FCO – Dez microrregiões com maior participação relativa por valores e número de operações contratados: 2000-05

2000	Tangará da Serra/MT	Anápolis GO	Baixo Pantanal/MS	Goiânia GO	Três Lagoas MS	S. Miguel do Araguaia/GO	Dourados MS	Brasília DF	Campo Grande MS	Iguatemi MS
Valor	12,41	9,71	7,42	5,84	5,39	4,21	4,07	4,01	2,68	2,63
Nº Op.	1,90	0,46	0,97	0,51	0,29	1,36	4,77	0,38	4,36	11,80
2001	SO de Goiás/GO	Campo Grande MS	Alto Teles Pires/MT	Anápolis GO	Dourados MS	Brasília DF	Goiânia GO	Cuiabá MT	Meia Ponte GO	Alto Taquari/MS
Valor	9,99	8,34	7,51	5,57	4,86	4,39	4,16	4,11	3,34	2,55
Nº Op.	3,43	4,03	2,17	0,96	7,63	0,88	1,05	1,26	2,80	1,20
2002	SO de Goiás/GO	Meia Ponte GO	Cuiabá MT	Alto Teles Pires/MT	Dourados MS	Goiânia GO	Brasília DF	Alto Guaporé MT	Parecis MT	Rondonópolis MT
Valor	7,46	5,35	5,27	5,03	4,78	4,52	4,50	3,48	3,47	2,95
Nº Op.	5,10	5,78	3,21	4,77	7,31	1,76	1,45	1,28	2,01	1,91
2003	Dourados MS	Goiânia GO	SO de Goiás/GO	Brasília DF	Entorno de Brasília/GO	Canarana MT	Rondonópolis MT	Cuiabá MT	Meia Ponte GO	Catalão GO
Valor	9,52	6,94	6,90	6,29	4,60	4,09	3,93	3,67	3,60	3,22
Nº Op.	25,17	0,64	4,12	0,45	0,68	4,01	3,52	1,37	1,02	0,51
2004	SO de Goiás/GO	Goiânia GO	Dourados MS	Campo Grande MS	Entorno de Brasília/GO	Rondonópolis MT	Alto Teles Pires/MT	Vão do Paraná/GO	Cuiabá MT	Anápolis GO
Valor	11,23	5,60	4,94	4,34	4,13	4,11	3,47	2,95	2,81	2,76
Nº Op.	4,87	1,93	4,87	1,19	2,57	1,50	0,39	1,77	0,92	3,57
2005	SO de Goiás/GO	Goiânia GO	Dourados MS	Entorno de Brasília/GO	Sinop MT	Brasília DF	Rondonópolis MT	Colíder MT	Parecis MT	Meia Ponte GO
Valor	10,94	6,39	5,25	4,94	4,32	4,16	4,15	3,75	3,73	3,54
Nº Op.	4,29	2,20	4,49	2,90	0,56	0,70	1,50	5,04	1,66	2,77

F onte: Dados brutos disponibilizados pelo MI e IPEA.

No caso da região Nordeste, como indicado pela Tabela 5, a distribuição dos recursos por microrregião apresenta características parecidas com as dos outros fundos: grande participação das microrregiões onde estão localizadas as capitais, como é o caso de Salvador e Fortaleza, mas também de regiões pertencentes ao semi-árido, que se caracterizam, sobretudo, por serem áreas de avanço da produção agrícola de grãos ou áreas irrigadas,

como é o caso das de Barreiras, Cotegipe e Petrolina, ou por serem novas áreas de produção de soja, em que se inclui Porto Franco e Gerais de Balsas. Por outro lado, essas microrregiões se encontram concentradas em poucos estados, principalmente na Bahia, Pernambuco, Maranhão e Minas Gerais.

Serão apresentados aqui, respectivamente, os dados anuais do número de microrregiões beneficiadas e a soma do

percentual das dez microrregiões com maior participação nos valores contratados sobre o total do FNE, objetivando mostrar mais claramente sua concentração por microrregiões: 2000 – 208 e 33,30%; 2001 – 204 e 51,18%; 2002 – 204 e 30,22%; 2003 – 203 e 49,90%; 2004 – 207 e 43,32%, e; 2005 – 209 e 43,64%.

Pode-se afirmar que, para uma distribuição mais equitativa dos Fundos, é

Tabela 5 – FNE – Dez Microrregiões com maior participação relativa por valores e nº de operações contratados: 2000 e 2005

2000	Salvador BA	Fortaleza CE	Barreiras BA	Cotegipe BA	Petrolina PE	Aracaju SE	Alto Médio Canindé/PI	Paulo Afonso BA	Itaparica PE	Montes Claros MG
Valor	14,35	2,48	2,31	2,28	2,16	2,12	2,07	1,94	1,91	1,68
Nº Op.	0,04	0,21	1,52	2,23	1,80	0,17	3,99	1,12	2,17	0,85
2001	Salvador BA	Aracaju SE	Natal RN	São Mateus ES	Linhares ES	Brejo Paraibano PB	Arapiraca AL	Petrolina PE	Pacajus CE	Recife PE
Valor	35,38	2,80	2,42	1,97	1,51	1,50	1,49	1,43	1,38	1,30
Nº Op.	0,07	0,14	0,05	0,95	0,62	3,67	2,21	0,77	0,15	0,02
2002	Fortaleza CE	Barreiras BA	Janaúba MG	Ilhéus-Itabuna BA	Pindaré MA	Porto Seguro BA	Salvador BA	Imperatriz MA	Aracaju SE	Santa Maria da Vitória/BA
Valor	6,26	3,52	3,51	3,23	3,20	2,72	2,14	2,06	1,82	1,76
Nº Op.	0,44	0,67	0,63	2,00	3,14	0,64	0,10	1,99	0,08	1,90
2003	Salvador BA	Fortaleza CE	Sobral CE	Barreiras BA	João Pessoa PB	Aracaju SE	Recife PE	Cascavel CE	Gerais de Balsas/MA	Pacajus CE
Valor	10,16	9,53	5,80	4,58	4,32	4,01	3,03	2,97	2,90	2,60
Nº Op.	0,27	0,52	1,40	1,42	0,24	0,23	0,41	0,04	0,06	0,06
2004	Fortaleza CE	Salvador BA	Barreiras BA	S. Raimundo Nonato/PI	Recife PE	Maceió AL	Natal RN	Aracaju SE	Vitória de S. Antão/PE	Alagoinhas BA
Valor	7,43	7,13	5,94	5,06	4,08	3,88	2,86	2,77	2,10	2,07
Nº Op.	0,50	0,12	0,38	0,29	0,13	0,10	0,08	0,44	0,31	0,35
2005	Aglom. Urbana de São Luís/MA	Valença BA	Barreiras BA	Porto Seguro BA	Fortaleza CE	Salvador BA	Recife PE	Porto Franco MA	Gerais de Balsas/MA	Januária MG
Valor	8,22	6,05	6,00	5,34	4,04	3,82	3,79	2,51	2,06	1,81
Nº Op.	0,33	0,56	0,36	0,69	0,56	0,12	0,23	0,22	0,22	2,52

Fonte: Dados brutos disponibilizados pelo MI e IPEA.

necessário criar mecanismos pelo lado da oferta que se contraponham ao componente do mercado representado pelo lado da demanda, em que municípios mais prósperos e os de seu entorno se encontram em condições mais favoráveis de tomar empréstimos, por apresentarem atividades mais desenvolvidas e com melhor acesso à rede bancária e de informação.

Outro aspecto importante é a falta de demanda estimulada para vincular os financiamentos com setores ou atividades menos desenvolvidas e/ou com recursos detidos pelas regiões, mas que necessitam de maior integração para desenvolver e/ou fortalecer determinada cadeia produtiva. Dessa forma é inevitável sua concentração em áreas mais ricas e adjacências e em atividades já consolidadas e geradoras de boas pers-

pectivas econômicas, como é o caso, por exemplo, do turismo nas capitais nordestinas, da agricultura irrigada em Petrolina e da agricultura e agroindústria da soja no Centro-Oeste, Barreiras na Bahia, no Sudoeste maranhense e piauiense.

Os Fundos Constitucionais de Financiamento foram criados objetivando combater as desigualdades inter-regionais e intra-regionais, conforme já destacamos. Na medida em que o governo federal procura estimular a produção através de elementos formadores da demanda agregada da economia brasileira, como é o caso desses recursos, ele não pode desobrigar-se de atuar também como coordenador e indutor do crescimento do investimento privado. Como se sabe, em países de capitalismo tardio e periférico, cabe ao

Estado investir na construção do avanço das bases materiais de apoio às atividades produtivas.

Como a lógica de investimento – inclusive dos tomadores dos Fundos – é ditada pelas oportunidades enxergadas pelo espírito empresarial privado, a distância entre o que se almeja com a aplicação dos recursos públicos e o investimento necessário para reduzir as desigualdades inter e intra-regionais pode ser enorme, se ditada apenas pelo jogo de mercado, com muitas microrregiões podendo ter participação muito distante do que seria aconselhável numa política regional socialmente mais justa. Daí a importância da coordenação do governo federal, conforme destacado no documento sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.

Estatísticas básicas

Os efeitos dos Fundos para contribuir com a diminuição das desigualdades inter-regionais e intra-regionais encontram obstáculos inerentes a sua própria lógica de funcionamento, posto que os financiamentos são mais requisitados, principalmente em termos de valores, por áreas com maior grau de densidade econômica. Além disso, por existirem barreiras infra-estruturais e ausência de externalidades em áreas menos adensadas, e dada a dificuldade de o Estado para realizar investimentos estruturantes, o investimento privado pauta-se, principalmente, nos sinais de mercado, tendendo, assim, a se concentrar em áreas geográficas com maior desenvolvimento.

Dessa forma, por mais que os recursos públicos do FNO, FNE e FCO sejam

ofertados ao investimento privado, sua capacidade de configurar-se como instrumento de política regional é limitada – inclusive porque eles representam apenas um num conjunto mais amplo de instrumentos de políticas regionais, embora tenham importância considerável. Por fim, os Fundos atuam mais no plano inter-regional do que no intra-regional, o que reforça a importância de ações federais que promovam o desenvolvimento regional nacionalmente articulado em múltiplas escalas, como se observa no PNDR e em outros documentos do Ministério da Integração.

2. Estatísticas Básicas

2.1 Produção industrial

A produção física industrial no Bra-

sil em 2006, janeiro-agosto, cresceu 2,8%, bem abaixo dos 4,3% para o mesmo período de 2005. Esse crescimento de 2006 está escudado pelo ótimo desempenho da indústria extrativa (7,8%), sobretudo petróleo e minério de ferro, e pelo incremento em mais dezenove atividades da indústria de transformação (Tabela 6). Entre estas se destacaram máquinas para escritório e equipamentos de informática (54,5%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (13,9%) e equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros (10,1%). Apesar do aumento da renda interna, o melhor desempenho da indústria ainda depende de outros preços macroeconômicos determinantes na economia, como a taxa de juros e a taxa cambial.

Tabela 6 – Brasil – Taxa anual de variação % da produção física industrial por seções e atividades industriais

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	-3,7	7,5	7,6	1,8	1,7	3,9	-2,0	-0,7	6,6	1,6	2,7	0,1	8,3	3,1	2,8
Indústria extrativa	0,7	0,5	4,8	3,2	9,6	6,9	12,2	8,5	11,8	3,4	19,0	4,7	4,3	10,2	7,8
Indústria de transformação	-4,1	8,1	7,8	1,7	1,1	3,6	-3,3	-1,6	6,1	1,3	0,5	-0,2	8,5	2,7	2,6
Alimentos	-0,2	0,4	2,2	7,8	5,4	1,0	1,3	3,1	-2,1	4,8	3,0	-1,4	4,1	0,6	2,0
Bebidas	-16,7	8,7	10,4	17,2	-3,3	-0,3	-2,2	0,0	4,0	0,3	-12,2	-4,1	5,8	6,4	6,8
Fumo	17,7	4,4	-14,8	-5,1	12,5	22,2	-22,7	-7,1	-7,8	-4,7	-40,0	-6,4	18,9	-0,9	5,3
Têxtil	-4,6	0,1	3,8	-5,8	-5,8	-6,4	-6,8	2,1	6,1	-5,4	0,2	-4,5	10,1	-2,1	2,2
Vestuário e acessórios	-8,9	5,8	2,6	-2,8	-5,6	-5,9	1,2	-4,3	8,8	-9,6	5,6	-12,2	1,5	-5,0	-6,1
Calçados e artigos de couro	-5,2	16,0	-6,6	-14,0	1,8	-6,4	-12,5	-1,4	0,5	-4,0	-1,5	-9,7	2,3	-3,2	-3,6
Madeira	-2,3	8,0	-2,3	-2,7	0,9	2,5	-6,7	7,0	3,1	-0,3	4,4	5,3	7,7	-4,5	-8,4
Celulose, papel e prod. papel	-2,0	4,8	2,8	0,4	2,9	2,8	0,3	6,3	4,1	0,1	3,3	6,3	7,9	3,1	2,6
Edição, impressão e reprodução de gravações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,7	-2,4	11,3	1,5
Refino de petróleo e álcool	0,8	1,5	5,6	0,0	7,3	3,8	5,6	-0,5	-1,8	4,0	-2,6	-2,2	2,3	1,5	3,4
Farmacêutica	-11,3	12,4	-2,5	18,1	-8,6	11,4	4,0	-0,4	-2,0	-1,0	16,3	-7,6	1,0	14,4	4,2
Perfumaria, sabões, detergentes e prod. limpeza	-0,1	4,5	2,6	5,4	4,2	5,5	3,3	7,3	2,7	-1,2	1,9	0,9	11,9	3,7	-0,5
Outros produtos químicos	-2,3	11,5	10,7	0,2	2,2	5,1	1,1	3,8	6,0	-8,3	-4,2	3,0	7,0	-1,2	-2,2
Borracha e plástico	-6,1	8,3	4,1	5,6	5,6	3,8	-5,7	-1,8	4,1	-4,5	0,1	-3,5	7,8	-1,2	2,2
Minerais não metálicos	-7,5	5,1	3,0	3,7	6,2	8,0	-0,5	-2,9	1,7	-2,3	-1,0	-3,6	4,8	2,8	1,9
Metalurgia básica	0,3	6,7	8,3	-2,5	2,1	6,7	-3,7	-1,3	9,2	0,2	3,6	6,0	3,3	-2,0	2,3
Produtos de metal – exclusive máq. e equipamentos	-2,8	6,9	16,5	0,5	-4,5	4,0	-4,1	-1,1	2,2	2,3	2,7	-5,5	10,0	-0,2	-2,5
Máquinas e equipamentos	-9,3	19,1	21,4	-3,4	-7,4	6,9	-3,8	-5,9	18,9	4,2	2,8	5,3	16,1	-1,4	1,9

Tabela 6 – Brasil – Taxa anual de variação % da produção física industrial por seções e atividades industriais – cont.

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Máquinas para escritório e equip. informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,0	33,5	17,3	54,5
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-0,3	6,2	14,8	7,4	0,4	10,2	0,8	-6,7	10,5	20,3	-0,9	1,8	7,1	7,9	13,9
Material eletrônico, aparelhos e equip. comunicações	-27,0	23,7	24,7	15,9	9,0	-6,5	-29,7	-19,4	32,7	-2,8	-11,2	0,5	17,8	14,2	0,2
Equip. instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-3,1	8,3	2,6	10,1
Veículos automotores	-5,0	26,1	12,4	7,0	2,2	13,7	-19,3	-9,3	18,5	0,0	-2,1	4,3	29,9	6,8	2,3
Outros equip. transporte	10,5	-0,4	11,7	-10,8	-12,5	-4,1	27,9	11,0	21,4	24,2	21,8	9,2	10,3	5,5	3,0
Mobiliário	-8,9	21,6	9,2	5,8	11,3	-0,3	-10,3	0,1	8,1	0	-1,9	-9,2	6,9	0,5	4,2
Diversos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-1,7	10,8	8,4	0,0

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto.

- Atividades apuradas somente a partir de 2003.

A indústria do Amazonas, juntamente com as dos estados da região Sul, apresenta desempenho negativo entre janeiro-agosto de 2006 (-2,4%), comportamento totalmente distinto quando comparado com o mesmo período de 2005, quando cresceu 17,8%. Contribuíram para o fraco desempenho atual tanto a indústria extrativa mineral (-8,9%) como a indústria de transformação (2,2%), em que cinco das dez

atividades pesquisadas diminuíram a produção, principalmente de produtos químicos (30,4%) e refino de petróleo e álcool (13,7%), como mostrado na Tabela 7.

Entre os treze estados pesquisados pelo IBGE, o Pará é o que apresenta no acumulado janeiro-agosto de 2006 o melhor desempenho (15,4%), bem superior ao ocorrido em 2005 (3,7%). Isso se deve aos elevados aumentos da in-

dústria extrativa (18,3%) e da indústria de transformação (13,1%). Entre as atividades desta última, duas das cinco apresentam crescimento acima de dois dígitos (Tabela 8).

Em 2006, no acumulado até agosto, a indústria do Nordeste se expandiu 3,4%, pouco abaixo dos 4,1% do mesmo período de 2005. No crescimento atual se destacam as atividades ligadas ao setor de bens intermediários, como celulo-

Tabela 7 – Amazonas – Taxa anual de variação % da produção física industrial por seções e atividades industriais

	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	3,8	13,0	11,8	-2,4
Indústria extrativa	-0,8	7,2	-6,7	-8,9
Indústria de transformação	3,9	13,2	12,4	-2,2
Alimentos e bebidas	-7,7	2,6	9,6	-0,1
Edição, impressão e reprodução de gravações	-34,7	50,0	8,6	30,7
Refino de petróleo e álcool	3,2	2,3	-7,5	-13,7
Produtos químicos	-10,3	7,9	10,7	-30,4
Borracha e plástico	1,5	42,6	-20,8	-4,4
Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos	13,4	-4,5	1,1	21,9
Máquinas e equipamentos	28,7	11,7	8,6	3,3
Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	13,3	23,5	23,1	-10,6
Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros	-1,8	1,9	13,1	14,5
Outros equipamentos de transporte	7,1	8,2	10,3	15,0

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto. Dados disponíveis somente a partir de 2003.

Estatísticas básicas

Tabela 8 – Pará – Taxa anual de variação % da produção física industrial por seções e atividades industriais

	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	6,7	10,4	3,8	15,4
Indústria extrativa	9,0	15,2	9,8	18,3
Indústria de transformação	5,2	7,1	-0,7	13,1
Alimentos e bebidas	-8,0	6,6	4,3	21,9
Madeira	-1,9	5,5	-7,8	-6,0
Celulose, papel e produtos de papel	8,2	20,1	-5,0	7,0
Minerais não metálicos	-3,5	8,2	-7,1	9,4
Metalurgia básica	18,0	5,2	2,9	19,0

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto. Dados disponíveis somente a partir de 2003.

Tabela 9 – Nordeste – Taxa anual de variação % da produção física industrial por seções e atividades industriais

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	0,0	-2,1	5,8	0,7	1,0	2,9	1,4	-0,3	2,1	-2,5	0,7	-1,7	7,6	2,4	3,4
Indústria extrativa	4,4	-1,5	0,4	-2,4	1,7	-0,3	2,4	-1,3	-2,7	-3,8	0,9	0,5	2,1	-3,7	-3,7
Indústria de transformação	-1,1	-2,2	7,2	1,5	0,9	3,6	1,2	-0,1	3,2	-2,1	0,4	-1,9	8,1	3,0	4,0
Alimentos e bebidas	0,5	-15,5	5,7	12,4	-0,3	2,8	-13,7	-2,6	9,2	3,8	-0,8	1,3	8,0	3,8	2,4
Têxtil	-3,1	-0,5	13,7	-7,4	-4,2	-5,7	-8,6	2,8	9,6	-9,7	8,0	1,8	13,6	-3,8	8,7
Vestuário e acessórios	2,9	1,5	11,5	-10,8	-10,0	-10,1	15,2	-21,0	16,4	-21,2	-3,1	-20,5	12,7	-8,0	-18,5
Calçados e artigos de couro	-24,6	17,7	-0,8	-8,5	-7,9	7,5	11,6	-3,0	9,3	1,3	5,5	-9,3	5,4	-1,8	2,1
Celulose, papel e prod. papel	1,9	4,9	-15,9	0,2	-6,5	6,1	9,4	8,7	2,2	8,3	-4,1	-0,1	-2,4	18,2	26,7
Refino de petróleo e álcool	5,6	-12,7	-0,7	10,7	-4,9	14,0	7,5	1,6	-7,2	17,1	6,2	-9,3	25,1	3,2	1,5
Produtos químicos	2,8	12,4	9,6	-4,3	3,6	6,2	3,9	3,9	0,6	-9,8	-2,8	2,5	4,7	1,1	0,0
Minerais não metálicos	-9,0	-2,3	2,7	9,0	3,7	6,3	20,4	-4,3	-0,2	1,3	-8,6	-8,5	8,6	14,0	8,7
Metalurgia básica	-6,7	2,9	15,3	-0,7	11,9	3,1	7,7	6,3	6,3	-2,0	2,4	-2,0	-9,1	0,4	14,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-14,0	-0,2	21,8	6,1	20,1	-1,7	3,2	-16,2	1,0	-7,8	5,9	2,3	11,8	17,0	3,2

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto.

se, papel e produtos de papel (26,7%), metalurgia básica (14,0%), minerais não-metálicos (8,7%), e a indústria têxtil (8,7%), conforme números da Tabela 9.

Dos três estados nordestinos pesquisados pelo IBGE, o Ceará apresenta, no acumulado do ano até agosto, o maior aumento da produção industrial (8,0%), enquanto nesse mesmo período do ano anterior tinha crescido 3,1%. Entre as atividades que mais cresceram em 2006 estão as de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (94,0%), produtos químicos (29,2%), refino de petróleo e álcool

(26,4%), produtos de metal (24,2%) e a têxtil (16,4%). As atividades ligadas à indústria de bens de consumo não-duráveis e semiduráveis, à exceção da têxtil (16,9%) e da de alimentos e bebidas (1,2%), tiveram desempenho negativo (Tabela 10).

A indústria de Pernambuco apresenta crescimento de 4,2% em 2006, quase o dobro do alcançado (2,2%) no acumulado janeiro-agosto de 2005. Esse maior crescimento atual ocorre graças, sobretudo, às atividades ligadas aos bens intermediários, borracha e plástico

(38,6%), minerais não metálicos (12,1%), metalurgia básica (11,7%), celulose, papel e produtos de papel (9,6%), e à produção de alimentos e bebidas (8,0%), como indicado na Tabela 11.

A indústria da Bahia cresceu, entre janeiro-agosto de 2006, 4,3%, apresentando o mesmo comportamento em igual período do ano anterior. Em 2006, seu crescimento dá-se em virtude do aumento da indústria de transformação (4,6%). Nela, das oito atividades pesquisadas, cinco tiveram desempenho positivo: celulose, papel e produtos de

Tabela 10 – Ceará – Taxa anual de variação % da produção física industrial por seções e atividades industriais

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	3,3	-12,9	10,3	7,9	-0,5	2,5	1,9	4,0	9,9	-7,3	0,9	-1,3	11,9	-1,6	8,0
Indústria de transformação	3,3	-12,9	10,3	7,9	-0,5	2,5	1,9	4,0	9,9	-7,3	0,9	-1,3	11,9	-1,6	8,0
Alimentos e bebidas	18,5	-31,0	-5,8	35,0	6,9	-1,1	-5,5	3,1	16,5	-1,7	-5,0	1,7	11,1	-3,3	1,2
Têxtil	6,7	-5,2	23,7	-4,2	-8,3	0,2	-1,2	11,9	9,4	-8,9	-1,7	-9,6	12,9	-5,1	16,4
Vestuário e acessórios	-17,3	8,1	8,1	-3,4	-10,2	11,2	-35,4	13,2	-15,1	-10,8	-1,0	0,9	8,1	4,8	-15,5
Calçados e artigos de couro	-16,6	32,7	-6,1	-20,0	-0,1	38,4	41,2	-2,0	7,2	12,2	-3,8	3,8	16,5	-8,4	-2,7
Refino de petróleo e álcool	-37,1	-38,6	86,1	79,4	-2,7	-56,8	85,9	-27,7	-43,4	-2,8	-30,2	5,2	3,4	6,2	26,4
Produtos químicos	-5,8	-2,2	0,7	2,2	-15,1	-1,3	3,9	-7,0	24,5	-14,4	16,4	-3,6	15,6	4,0	29,2
Minerais não metálicos	-10,1	-8,3	5,0	13,3	10,1	20,9	32,2	-5,7	-2,7	2,2	-0,4	-11,4	4,3	21,0	-9,8
Metalurgia básica	-26,8	-4,6	12,2	-11,6	-6,4	0,0	9,4	1,9	13,6	-13,7	20,1	16,6	14,1	-15,1	3,2
Prod. de metal – exclusive máquinas e equipamentos	-23,8	-2,8	20,6	-11,1	-24,5	59,7	194,9	30,8	28,8	-31,9	14,1	-13,2	-9,7	11,8	24,2
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10,9	-63,9	328,1	34,0	37,2	-22,8	39,0	-34,5	32,3	-30,2	-43,9	39,4	53,9	21,7	94,0

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto.

Tabela 11 – Pernambuco – Taxa anual de variação % da produção física industrial por seções e atividades industriais

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	-9,1	-0,3	4,6	6,0	-10,1	2,1	-7,9	0,1	-3,5	0,9	-3,7	1,0	4,8	2,9	4,2
Indústria de transformação	-9,1	-0,3	4,6	6,0	-10,1	2,1	-7,9	0,1	-3,5	0,9	-3,7	1,0	4,8	2,9	4,2
Alimentos e bebidas	-5,7	-5,5	-2,1	32,5	-13,8	15,3	-19,4	5,5	-15,4	13,4	-12,9	4,0	5,5	4,5	8,0
Têxtil	-6,9	-6,6	14,2	-18,7	-20,9	-13,3	-21,9	1,6	36,3	-11,2	-17,8	16,9	-12,2	-19,3	2,5
Calçados e artigos de couro	-60,0	5,3	18,7	-17,2	2,0	15,1	-9,8	-20,3	8,7	-36,2	-36,7	-1,0	10,4	-9,5	-2,5
Celulose, papel e prod. papel	-3,5	12,7	-19,6	3,6	1,5	8,2	10,0	3,5	-5,6	6,2	-7,1	-3,5	3,8	4,7	9,6
Refino de petróleo e álcool	-15,9	-33,8	-8,9	30,3	-6,4	3,2	-41,8	-8,4	-3,4	-18,7	-2,5	22,2	25,3	-2,6	-41,9
Produtos químicos	6,7	4,3	2,9	-7,0	-10,6	21,1	1,1	10,4	4,1	-3,0	18,8	-2,2	1,8	5,7	-13,5
Borracha e plástico	-18,5	32,8	-10,4	-6,3	22,1	15,0	11,1	20,1	6,4	-9,5	9,4	-9,0	-2,7	-1,0	38,6
Minerais não metálicos	-29,2	6,0	18,2	2,6	4,7	-3,3	5,3	-5,4	-0,3	1,3	-8,7	-5,3	4,9	6,4	12,1
Metalurgia básica	-5,2	16,8	16,0	-7,7	7,7	6,8	7,6	-8,2	4,0	-3,5	17,7	8,5	18,9	2,7	11,7
Prod. metal – exclusive máquinas e equipamentos	-6,8	1,1	5,3	4,0	11,7	-22,1	-39,7	-14,9	-6,1	-14,6	52,8	-6,3	1,2	-11,9	1,6
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-38,4	21,8	22,9	22,6	3,6	-7,6	4,7	-3,9	-2,6	11,3	7,4	-7,6	-8,6	20,0	-8,3

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto.

papel (30,6%), metalurgia básica (13,8%), minerais não-metálicos (9,7%), borracha e plástico (5,5%) e refino de petróleo e álcool (5,1%), conforme tabela 12.

A indústria de Minas Gerais (Tabela 13) cresceu 4,2% em 2006, no acumulado até agosto, frente a 7,1% no mesmo período de 2005. Em 2006 sua va-

riação positiva é sustentada pelo bom desempenho da indústria extrativa (9,0%), com a produção de minério de ferro, e pelo crescimento de nove das doze atividades pesquisadas da indústria de transformação. Entre estas, destaque para veículos automotores (9,6%), máquinas e equipamentos (9,5%), fumo (57,8%) e bebidas (5,7%).

A indústria do Espírito Santo (Tabela 14) é a que mais cresceu (6,0%), no acumulado janeiro-agosto de 2006, na região Sudeste, com taxa bem acima da verificada em igual período do ano anterior (1,6%). Tanto a indústria extrativa (6,5%) puxada pelo petróleo, quanto a de transformação (5,8%), puxada pela de metalurgia básica (11,1%) e por ali-

Estatísticas básicas

Tabela 12 – Bahia – Taxa anual de variação % da produção física industrial por seções e atividades industriais

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	2,0	4,3	3,5	-1,0	4,1	1,3	5,8	0,3	-3,1	0,3	0,2	-0,7	10,1	4,1	4,3
Indústria extrativa	3,9	4,1	-2,5	-6,1	-0,9	-5,8	-1,3	-7,5	0,1	-2,4	-0,9	0,8	1,8	-2,8	-0,5
Indústria de transformação	1,5	4,3	4,9	0,3	5,3	2,7	7,2	1,7	-3,6	0,8	0,3	-0,8	10,6	4,5	4,6
Alimentos e bebidas	-13,0	1,4	-6,4	3,3	4,6	-9,6	-5,9	-6,4	-0,9	-7,7	-8,4	1,7	6,0	8,0	-2,7
Celulose, papel e produtos de papel	5,4	-16,2	-1,0	3,5	8,9	0,9	-21,8	9,3	8,3	24,8	6,9	0,5	-3,2	21,3	30,6
Refino de petróleo e álcool	13,0	-0,3	-9,1	-35,3	55,6	-37,9	126,5	5,5	-10,8	23,5	6,9	-11,9	27,1	3,8	5,1
Produtos químicos	7,1	13,2	13,2	-22,4	34,6	-19,6	30,5	1,5	-3,1	-10,1	-2,4	3,8	5,0	-0,3	-0,6
Borracha e plástico	-16,4	-14,5	13,9	11,7	-5,4	48,5	-27,4	-14,0	-2,4	-13,0	1,1	-10,5	10,8	7,7	5,5
Minerais não metálicos	-4,4	-6,1	-2,3	3,8	-14,1	17,8	16,4	-25,1	-2,1	-13,9	-17,7	-17,9	12,5	10,9	9,7
Metalurgia básica	-10,8	-4,3	20,5	-2,0	19,8	4,3	13,5	8,8	5,7	3,2	-12,0	4,5	6,9	0,7	13,8
Veículos automotores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	131,7	56,0	30,8	-5,8

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto.

Tabela 13 – Minas Gerais – Taxa anual de variação % da produção física industrial por seções e atividades industriais

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	-3,5	5,2	8,4	3,0	4,9	4,4	-4,1	1,1	9,0	-0,3	-0,2	1,4	6,0	6,3	4,2
Indústria extrativa	-4,6	2,7	7,0	6,2	1,1	3,7	4,2	-3,8	9,0	-12,1	4,8	9,4	12,0	12,7	9,0
Indústria de transformação	-3,4	5,3	8,5	2,8	5,1	4,5	-4,6	1,5	9,1	0,6	0,1	0,4	5,1	5,3	3,4
Alimentos	-12,0	3,9	8,6	29,0	5,4	0,7	13,0	19,3	20,8	6,3	12,2	0,8	5,9	6,7	4,7
Bebidas	-22,3	0,0	8,8	22,0	-14,3	0,6	-1,9	4,7	20,0	-2,7	-15,5	-7,1	-2,3	-10,9	5,7
Fumo	-9,7	15,9	22,7	11,0	3,0	6,9	-9,7	-25,2	-4,8	9,3	-9,2	-11,4	-6,7	1,4	5,8
Têxtil	-2,6	-4,0	0,5	-13,8	-7,8	-7,5	-0,7	5,8	8,1	-9,4	11,7	-14,4	6,7	6,4	2,7
Celulose, papel e produtos de papel	-4,6	-12,5	13,3	-0,6	58,7	14,3	-0,6	6,5	2,9	-3,4	3,0	4,1	4,8	5,5	-1,8
Refino de petróleo e álcool	2,4	-0,2	-2,5	8,1	0,6	5,8	-7,1	-3,4	-4,9	11,0	-10,4	1,4	6,5	-0,6	2,6
Outros produtos químicos	-12,8	23,7	11,5	-5,1	6,3	4,9	0,4	6,1	7,1	-7,0	25,5	10,2	12,3	2,5	-2,5
Minerais não metálicos	-4,5	-1,5	5,0	3,0	7,8	7,8	2,8	-4,5	-3,0	-5,4	-1,3	-10,8	3,6	10,6	4,6
Metalurgia básica	-0,8	3,8	5,8	-3,7	6,7	5,4	-6,4	2,3	12,0	-2,4	-0,5	8,3	-2,2	-2,0	3,6
Prod. metal – exclusive máquinas e equipamentos	9,8	31,4	18,6	2,5	1,4	-8,4	-7,0	-13,7	-10,7	6,6	-21,8	-3,2	1,0	31,0	-14,6
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-1,8	14,1	11,8	9,5
Veículos automotores	6,6	26,8	17,0	-7,6	21,9	19,2	-28,8	1,9	12,5	0,5	-11,1	3,1	17,1	10,8	9,6

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto.

mentos e bebidas (10,1%), apresentaram bom desempenho.

A indústria do estado do Rio de Janeiro (Tabela 15) tem crescido 3,2% nos primeiros oito meses de 2006, desempenho melhor do que o verificado em igual período de 2005 (1,2%). Sua

performance é sustentada principalmente pela indústria extrativa (6,1%) voltada para a produção de petróleo. A indústria de transformação (2,5%) apresentou desempenho positivo em sete das doze atividades pesquisadas, sendo que alimentos (18,1%), edição,

impressão e reprodução de gravações (8,0%) e bebidas (7,2%) foram as mais determinantes.

A produção industrial do estado de São Paulo (Tabela 16), no acumulado até agosto do ano de 2006, cresceu (3,7%), pouco mais do que o país (2,8%), mas

Tabela 14 – Espírito Santo – Taxa anual de variação % da produção física industrial por seções e atividades industriais

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	0,8	1,4	9,0	-1,2	4,1	2,2	1,8	9,2	6,7	-0,3	11,7	6,4	5,1	1,4	6,0
Indústria extrativa	-11,5	-0,8	9,4	-1,7	1,9	0,3	7,1	9,9	17,2	12,1	25,9	14,1	2,6	1,0	6,5
Indústria de transformação	4,9	1,9	8,9	-0,8	4,6	2,6	0,4	9,0	3,8	-4,3	7,2	3,5	6,2	1,5	5,8
Alimentos e bebidas	9,1	-1,9	9,6	-2,1	4,8	-9,3	-1,9	1,0	1,1	-15,3	-5,1	-6,1	15,3	0,7	10,1
Celulose, papel e produtos de papel	30,0	-2,3	8,3	-2,8	3,6	-2,0	10,2	8,3	3,1	-2,3	30,2	22,7	3,0	2,0	-0,6
Minerais não metálicos	-10,9	4,9	3,5	8,3	23,0	18,4	2,4	-6,0	-4,5	7,6	-1,2	-1,7	-0,1	6,4	0,7
Metalurgia básica	-2,0	11,1	0,8	4,2	0,8	5,6	4,9	20,2	8,1	0,4	3,5	-2,5	6,8	-0,3	11,1

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto.

Tabela 15 – Rio de Janeiro – Taxa anual de variação % da produção física industrial por seções e atividades industriais

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	-3,4	3,4	4,3	0,1	4,2	1,8	7,2	6,1	6,7	1,6	12,4	-1,0	2,4	2,0	3,2
Indústria extrativa	-0,9	4,0	8,3	5,0	14,4	10,2	19,3	17,1	15,5	5,7	14,5	0,3	-3,6	15,0	6,1
Indústria de transformação	-4,4	3,2	2,6	-2,2	-0,8	-3,0	-0,6	-2,6	-1,7	-3,0	2,0	-1,3	3,8	-0,6	2,5
Alimentos	-9,0	-4,0	1,7	6,9	-6,8	-8,8	2,7	-10,3	-4,0	-7,6	-4,6	-0,8	3,1	10,4	18,1
Bebidas	-28,3	5,6	9,3	33,3	11,7	5,4	0,0	-6,1	23,2	4,1	-6,6	-4,3	11,0	2,0	7,2
Têxtil	-12,4	18,0	6,9	-20,4	-20,4	-23,9	-9,4	5,4	33,6	13,1	6,4	-4,7	20,2	15,9	-5,9
Edição, impressão e reprodução de gravações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-21,9	-7,4	-5,3	8,0
Refino de petróleo e álcool	-0,2	0,0	-4,1	-7,7	29,7	-3,2	9,3	3,9	-11,7	-0,8	3,5	-0,4	6,2	-2,1	5,6
Farmacêutica	-12,6	0,2	-4,4	15,9	-8,0	-8,0	-8,2	-16,6	-18,1	6,5	-7,9	-2,6	-0,1	-3,8	3,6
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	2,6	10,5	-5,6	-12,4	-1,4	24,5	-4,6	-7,7	14,4	0,6	-18,9	-3,6	9,4	-13,9	-10,3
Outros produtos químicos	-3,3	-9,8	-0,4	6,8	-11,9	-1,4	-0,1	9,8	-11,5	-22,2	-18,1	0,0	-4,0	-2,0	-0,3
Borracha e plástico	-8,8	0,6	1,0	16,9	9,8	3,1	-5,8	-6,9	-10,3	-9,2	-0,8	-4,3	-5,5	-15,8	-10,2
Minerais não metálicos	-13,3	0,0	-2,6	4,0	7,3	5,5	-4,9	-2,0	-2,1	-10,5	-1,9	3,8	23,2	20,0	1,5
Metalurgia básica	7,1	9,5	6,8	-5,0	-4,7	6,9	-5,6	-1,2	3,7	2,0	17,1	13,5	1,0	-7,2	-7,0
Veículos automotores	-9,1	12,4	10,5	6,1	-20,3	138,7	20,0	2,5	41,3	22,4	2,1	12,4	23,2	14,9	0,3

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto.

menos que seus 5,3% para igual período do ano anterior. Das vinte atividades pesquisadas, quinze tiveram desempenho positivo, sobretudo máquinas para escritório e equipamentos de informática (40,8%), material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (11,8%) e veículos automotores (7,5%).

A indústria do Paraná, após crescer por três anos consecutivos, apresenta no

acumulado do ano até agosto taxa negativa (-3,0%), enquanto em idêntico período de 2005 apresentava variação positiva de 5,5%. O fraco desempenho atual ocorre mesmo com metade das quatorze atividades pesquisadas, aumentando a uma média de quase 7,0%, inclusive a de alimentos e a de bebidas, ligadas à agroindústria. Porém, as outras sete atividades, além de recuarem a taxa

média maior (-8,6%), estão entre as principais, como a da cadeia produtiva de móveis, outros produtos químicos, máquinas e equipamentos e a de veículos automotores. Ver a Tabela 17.

A indústria de Santa Catarina apresenta recuo de -0,1% entre janeiro-agosto de 2006, enquanto para o mesmo período de 2005 tinha crescido 3,0%. Essa redução se dá apesar de seis

Estatísticas básicas

Tabela 16 – São Paulo – Taxa anual de variação % da produção física industrial por e seções e atividades industriais

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	-4,9	8,6	8,7	1,7	-1,3	4,8	-2,5	-4,2	6,5	2,5	-0,7	-0,8	11,8	3,7	3,7
Indústria de transformação	-4,9	8,6	8,7	1,7	-1,3	4,8	-2,5	-4,2	6,5	2,5	-0,7	-0,8	11,8	3,7	3,7
Alimentos	-4,3	4,3	2,4	0,5	6,3	3,3	3,2	2,5	-9,2	5,7	-6,4	-5,9	4,8	-0,6	5,7
Bebidas	-12,2	14,2	14,9	12,5	-1,9	7,9	-4,2	-0,5	4,2	3,7	-19,3	-5,3	4,6	5,1	3,7
Têxtil	-6,7	1,9	4,2	-4,6	-2,6	-7,0	-5,7	2,8	5,9	-3,0	2,1	-5,7	4,6	-7,3	-1,3
Vestuário e acessórios	-13,2	4,4	-8,2	-1,5	-9,0	-2,5	-0,9	10,1	6,5	3,8	21,9	-0,7	7,5	-4,9	1,5
Celulose, papel e prod. papel	-3,5	5,3	2,7	1,3	0,5	4,4	-0,5	6,4	2,9	0,7	2,8	5,7	10,8	2,6	1,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,1	-3,1	17,6	2,5
Refino de petróleo e álcool	-1,4	0,7	12,1	1,7	2,2	7,7	6,9	-4,9	3,5	2,5	-8,8	-0,5	0,0	-0,3	4,7
Farmacêutica	-11,3	14,1	-1,8	18,6	-8,7	16,4	6,8	1,9	-4,3	-3,6	23,5	-9,4	5,5	25,7	3,2
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	0,1	5,9	3,2	6,2	4,2	8,1	6,1	6,6	1,3	1,2	3,6	4,2	16,2	5,5	1,0
Outros produtos químicos	-8,1	14,7	5,1	-1,4	1,3	7,1	-2,6	-1,9	10,1	-3,9	1,4	-3,1	8,1	1,7	-0,4
Borracha e plástico	-4,0	9,7	3,8	3,3	2,6	2,5	-8,1	-1,3	4,8	-5,0	2,3	1,6	7,8	0,1	-1,3
Minerais não metálicos	-10,2	8,7	5,6	8,8	4,2	10,5	-5,3	-1,2	1,6	-3,4	-1,1	0,0	6,2	-2,1	0,6
Metalurgia básica	0,9	4,3	12,4	2,0	-5,4	7,8	-7,8	-9,3	13,9	4,6	5,3	2,9	12,7	0,6	2,2
Prod. metal – exclusive máquinas e equipamentos	-1,5	1,9	18,3	-2,1	-9,3	4,6	-5,1	-2,5	9,5	-1,8	-6,0	-6,2	15,3	-2,2	-4,5
Máquinas e equipamentos	-7,0	15,4	18,5	-1,2	-9,1	3,0	1,3	-15,4	15,9	1,5	-5,0	1,4	21,0	6,0	3,7
Máquinas para escritório e equip. informática	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-3,3	27,3	20,9	40,8
Máq., aparelhos e mat. elétricos	1,8	4,2	16,8	4,5	5,3	7,8	1,8	-5,4	7,5	29,1	6,8	-0,9	12,0	14,1	5,4
Material eletrônico, aparelhos e equip. comunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-2,4	45,0	-6,0	11,8
Veículos automotores	-6,3	25,6	9,5	11,8	-0,5	11,2	-19,9	-14,7	14,1	-5,3	-4,7	1,4	29,3	2,6	7,5
Outros equip. de transporte	15,3	-2,1	9,1	-25,1	-10,2	-15,1	60,1	24,9	15,8	26,3	24,2	9,5	11,9	3,9	-1,3

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto.

Tabela 17 – Paraná – Taxa anual de variação % da produção física industrial por e seções e atividades industriais

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	-2,5	11,8	9,0	-5,6	3,7	5,7	3,4	-1,5	-0,6	3,4	-2,5	5,7	10,1	1,3	-3,0
Indústria de transformação	-2,5	11,8	9,0	-5,6	3,7	5,7	3,4	-1,5	-0,6	3,4	-2,5	5,7	10,1	1,3	-3,0
Alimentos	-0,5	19,3	0,3	-10,0	5,5	-3,4	5,6	6,2	-2,5	5,7	0,7	4,7	4,8	-3,5	4,9
Bebidas	-19,7	-13,7	27,9	31,6	-11,3	-7,8	2,7	7,8	6,3	27,7	8,9	-5,7	4,8	7,2	14,8
Madeira	3,0	4,7	-3,3	-1,4	8,3	-2,8	26,8	0,3	2,4	7,0	9,9	13,1	16,7	12,2	-12,9
Celulose, papel e prod. papel	-2,2	3,3	3,9	-1,2	2,8	9,2	-0,7	-0,5	4,4	-11,5	-4,1	0,2	4,5	7,7	3,0
Edição, impressão e rep. gravações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33,5	39,7	2,2	-5,3
Refino de petróleo e álcool	-3,8	13,4	11,9	-12,1	16,6	0,5	-3,8	15,3	-4,4	6,0	-8,0	-0,4	-11,9	9,6	2,0
Outros produtos químicos	9,0	20,5	16,1	-14,5	28,7	6,0	-9,1	7,4	9,6	-1,2	-14,1	5,5	-10,5	-19,1	-7,8
Borracha e plástico	-5,9	9,1	-20,3	-2,1	42,5	12,8	-2,0	-10,1	-9,7	0,1	10,5	-5,0	5,0	-3,7	14,6
Minerais não metálicos	-1,4	0,6	-5,6	15,1	13,6	15,4	-6,1	3,2	2,0	1,3	7,8	-2,8	-6,0	3,5	-5,8
Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos	-3,7	-18,7	7,1	16,7	3,3	-1,4	-11,2	-9,3	-19,6	-3,1	5,3	-1,4	5,7	-2,6	0,2
Máquinas e equipamentos	-15,5	18,6	35,7	10,0	14,7	-1,3	-12,5	-1,1	16,9	10,4	23,6	13,8	21,3	-11,1	-5,2
Máq., aparelhos e mat. elétricos	-16,7	0,3	19,9	25,3	4,2	26,7	-3,6	-17,6	74,2	-6,5	-59,7	-2,7	-6,3	25,6	9,0
Veículos automotores	0,6	46,2	47,6	-4,3	-34,5	33,0	-5,7	-25,6	28,5	0,0	-1,8	17,3	50,7	21,1	-17,6
Mobiliário	-26,0	20,6	8,6	18,4	33,7	-4,5	6,4	5,7	7,6	-6,7	1,0	-9,3	2,4	-5,1	-5,4

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto.

Tabela 18 – Santa Catarina – Taxa anual de variação % da produção física industrial por seções e atividades industriais

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	-1,9	6,5	5,4	5,7	2,6	6,3	-2,3	1,9	4,2	3,8	-8,2	-5,5	11,4	0,0	-0,1
Indústria de transformação	-1,1	6,8	5,4	5,9	2,7	5,9	-2,3	2,2	3,5	4,5	-8,1	-5,5	11,4	0,0	-0,1
Alimentos	13,2	3,3	7,6	9,3	9,4	3,9	-2,6	8,3	1,1	4,2	4,4	-5,2	11,4	2,2	-10,4
Têxtil	-4,5	0,6	7,3	-1,2	-3,0	6,7	-3,8	-1,7	0,5	-1,8	-4,4	-7,4	13,2	5,0	0,8
Vestuário e acessórios	-5,0	8,9	-5,4	-3,3	5,1	-8,7	-3,2	-2,8	1,4	-5,9	13,2	-14,8	-2,8	-12,0	-7,1
Madeira	1,6	5,5	4,8	-0,3	-0,6	17,8	-2,0	9,4	-4,4	-4,3	3,2	3,8	12,3	0,7	-19,7
Celulose, papel e prod. papel	-2,5	7,4	6,0	13,9	2,6	3,2	1,6	8,7	3,4	4,5	-11,6	0,4	12,7	6,3	2,2
Borracha e plástico	-8,8	-13,8	18,9	31,9	8,3	1,8	4,7	-2,8	-1,4	-5,7	-4,0	-18,2	17,1	2,2	11,3
Minerais não metálicos	10,9	8,0	-5,8	1,1	0,6	6,8	-3,7	-7,6	2,7	-4,7	2,2	1,1	-4,2	0,2	-5,1
Metalurgia básica	-4,9	27,9	25,2	3,1	-3,0	25,0	1,3	-6,0	15,3	6,7	-11,5	-1,5	29,6	3,7	-3,5
Máquinas e equipamentos	-13,0	18,4	17,3	7,9	1,3	-1,2	1,5	4,7	6,7	5,0	0,6	5,8	14,2	-12,9	11,0
Máq., aparelhos e mat. elétricos	-3,3	22,2	28,2	25,8	-7,6	26,3	-1,1	2,7	15,5	51,9	-39,8	10,9	10,1	-11,9	5,8
Veículos automotores	8,6	-1,0	-2,2	27,7	-4,1	3,6	0,7	-3,9	14,9	3,5	-45,0	-34,5	42,3	39,6	31,9

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto.

Tabela 19 – Rio Grande do Sul – Taxa anual de variação % da produção física industrial por seções e atividades industriais

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	7,3	16,5	7,6	-7,2	0,0	8,9	-3,8	2,2	8,7	-1,0	1,4	-0,3	6,4	-3,6	-3,5
Indústria de transformação	7,3	16,5	7,6	-7,2	0,0	8,9	-3,8	2,2	8,7	-1,0	1,4	-0,3	6,4	-3,6	-3,5
Alimentos	16,2	3,5	-2,6	9,3	-2,9	0,7	-2,3	1,0	-0,1	-3,0	0,9	-9,0	-0,3	4,0	5,6
Bebidas	-10,4	14,1	5,2	-1,0	-8,4	10,6	-9,2	28,6	-1,1	-6,1	-26,0	-4,9	7,0	-0,2	7,2
Fumo	46,2	10,8	-25,3	-13,8	7,2	36,9	-21,8	25,9	-6,5	-5,6	-65,4	-5,7	26,8	-3,7	-8,8
Calçados e artigos de couro	1,3	10,4	-10,0	-10,1	10,1	-10,1	-18,0	-1,2	-1,8	-8,5	1,8	-4,4	0,7	-5,2	-7,8
Celulose, papel e prod. papel	-3,3	4,5	-1,5	1,1	1,6	7,0	3,2	2,6	1,7	-2,0	7,4	12,6	1,6	-1,2	5,1
Edição, impressão e rep. gravações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-14,8	5,5	2,0	-3,8
Refino de petróleo e álcool	23,5	6,3	13,7	12,8	13,7	-2,8	2,8	3,8	3,2	-5,9	-8,5	-3,6	-6,2	6,3	-9,5
Outros produtos químicos	16,9	6,7	7,4	-3,3	-14,3	20,5	9,2	8,3	15,6	-9,5	-3,5	14,4	-0,6	-5,8	-1,2
Borracha e plástico	-2,9	7,5	6,4	5,6	0,3	-3,7	-14,3	14,8	16,3	-1,1	-5,5	-4,0	13,3	-7,2	4,8
Metalurgia básica	-4,4	23,4	12,9	-12,6	5,2	17,4	-1,8	7,6	10,9	-2,6	5,2	1,3	14,6	-2,9	-0,7
Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos	2,7	8,0	9,7	-4,2	-9,0	11,6	-0,6	9,1	-8,4	-5,8	9,3	5,3	8,7	-0,5	-12,4
Máquinas e equipamentos	0,2	56,8	37,7	-40,8	-12,4	36,8	-3,5	-10,6	26,6	16,4	20,9	11,2	16,8	-19,1	-18,2
Veículos automotores	2,2	38,0	21,3	6,5	20,4	19,7	15,9	-6,6	30,7	4,8	21,0	5,8	21,8	2,4	3,6
Mobiliário	16,4	24,3	4,2	23,2	21,3	7,4	-2,5	-5,4	8,8	5,4	-25,7	-9,6	12,1	-11,3	3,0

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto.

Tabela 20 – Goiás – Taxa anual de variação % da produção física industrial por seções e atividades industriais

	2003	2004	2005	2006*
Indústria geral	4,6	8,4	3,2	2,1
Indústria extrativa	17,2	9,7	-6,5	-14,9
Indústria de transformação	3,5	8,3	4,2	3,8
Alimentos e bebidas	5,7	8,3	6,1	1,2
Produtos químicos	0,6	12,7	-11,4	17,2
Minerais não metálicos	-11,2	9,4	3,1	3,5
Metalurgia básica	2,8	-0,2	14,8	9,6

Fonte: PIM-PF/IBGE/SIDRA. Capturado de www.sidra.ibge.gov.br, em 11/10/2006. Elaboração própria.

* Até o mês de agosto. Dados disponíveis somente a partir de 2003.

Estatísticas básicas

das onze atividades pesquisadas terem crescido (Tabela 18). As atividades de veículos automotores (31,9%), borracha e plástico (11,3%), e máquinas e equipamentos (11,0%), mesmo com ótimo desempenho, foram incapazes de contrabalançar os efeitos negativos de outras atividades por conta do baixo peso na composição de sua indústria.

Estado com o pior desempenho na produção industrial (-3,5%) no acumulado do ano até agosto – comportamento quase idêntico ao do mesmo período de 2005 com retração de -3,4% –,

o Rio Grande do Sul caminha para o segundo ano consecutivo de recuo industrial. As atividades que mais têm contribuído para esse fraco desempenho são as de máquinas e equipamentos (-18,2%), produtos de metal (-12,4%), fumo (-8,8%), calçados e artigos de couro (-7,8%), todos com recuo, além de refino de petróleo e álcool (-9,5%). Já entre as que mais cresceram estão bebidas (7,2%), alimentos (5,6%), e celulose, papel e produtos de papel (5,1%), ligados à agroindústria, conforme dados da Tabela 19.

A indústria de Goiás cresceu 2,1%, no acumulado janeiro-agosto de 2006, pouco abaixo da do país (2,8%), e menos do que um terço do que crescera em idêntico período de 2005. Esse menor desempenho atual ocorre mesmo com a indústria de transformação apresentando taxa positiva (3,8%) e acima da do Brasil (2,6%). Porém, sua indústria extrativa, principalmente a produção de amianto, retrocedeu muito (-14,9%), o que acabou influenciando no baixo desempenho geral da indústria (Tabela 20).

Tabela 21 – Brasil e regiões: taxa de crescimento anual médio das exportações segundo fator agregado, 1991-2006 (em %)

	Básicos				Industrializados (A+B)				Semimanufaturados (A)				Manufaturados (B)				Total			
	91/05	91/99	00/05	05/06*	91/05	91/99	00/05	05/06*	91/05	91/99	00/05	05/06*	91/05	91/99	00/05	05/06*	91/05	91/99	00/05	05/06*
Brasil	10,3	3,9	22,6	16,5	9,6	5,8	14,6	15,9	9,1	6,9	13,4	19,5	9,7	5,5	14,9	15,0	9,8	5,3	16,7	16,3
N	7,6	1,0	19,5	33,2	13,7	9,6	16,3	15,3	7,9	5,6	9,8	42,1	22,2	18,3	21,5	0,3	10,8	5,4	17,4	21,8
NE	10,5	-1,8	28,3	-23,8	9,5	2,8	19,6	23,3	7,2	4,4	11,2	43,8	10,8	1,5	25,2	14,2	9,8	2,0	21,3	11,3
SE	9,6	2,4	24,5	30,5	8,7	5,0	13,9	19,2	7,4	3,1	14,3	13,8	9,0	5,5	13,8	20,4	9,0	4,7	16,0	22,1
S	9,1	5,8	16,5	6,4	10,9	7,9	14,5	5,0	10,0	12,4	11,2	10,2	11,0	7,0	15,0	4,3	10,3	7,2	15,1	6,0
CO	20,0	9,2	32,0	5,9	18,6	15,6	28,7	-2,8	20,5	17,0	30,6	-7,9	15,5	13,5	24,9	9,4	19,8	10,7	31,4	4,5

Fonte: Sistema Alice/MDIC, extraído de www.mdic.gov.br em 14/10/2006. Elaboração própria.

*Até setembro.

2.2. Comércio exterior

As exportações brasileiras cresceram 16,3% em 2006, até setembro, conforme mostra a Tabela 21. Destaque para os produtos básicos (16,5%) e os industrializados (15,9%), sobretudo para os semimanufaturados, que aumentaram 19,5%. A região Sudeste foi a que mais cresceu (22,1%), apoiada em produtos básicos (30,5%), seguida

pelas regiões Norte (21,8%), também influenciada pelos básicos (33,2%), Nordeste (11,3%), Sul (6,0%) e Centro-Oeste (4,5%).

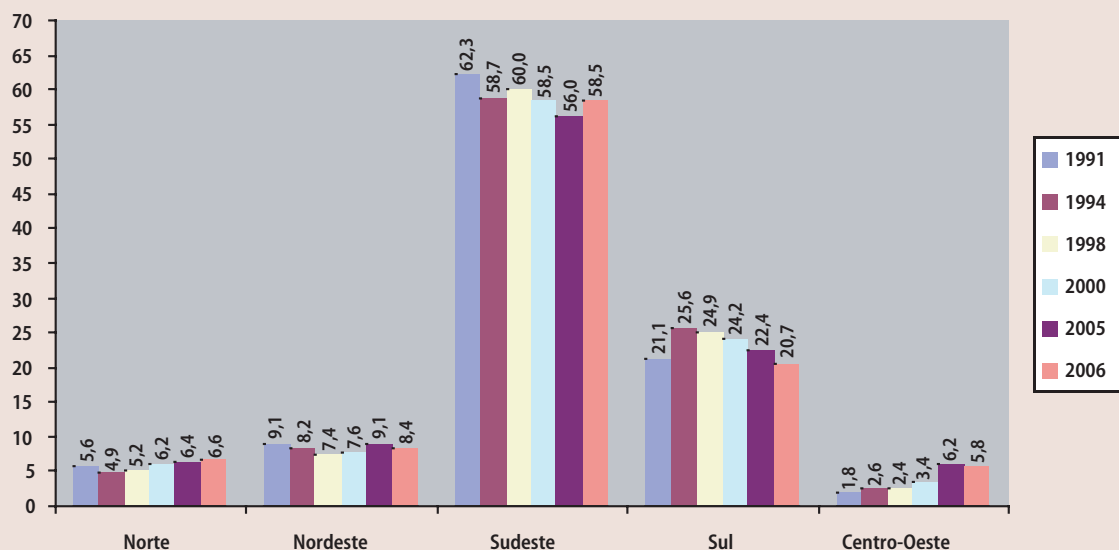
Com isso, as duas regiões que tiveram desempenho exportador acima da média do país aumentaram suas participações nas exportações totais de 2005 para 2006: o Sudeste passou de 56,0% para 58,5% e o Norte, de 6,4% para 6,6%; enquanto isso, o Nordeste caiu de

9,1% para 8,4%, o Sul, de 22,4% para 20,7% e o Centro-Oeste, de 6,2% para 5,8% (Gráfico 1).

2.3. ICMS

A participação regional na arrecadação de ICMS, em 2006, até agosto, tem aumentado nas regiões Sudeste (cresceu 7,9% em relação ao mesmo período de 2005) e Centro-Oeste (au-

Gráfico 1 – Distribuição regional das exportações brasileiras (em %) – Diversos anos*



Fonte: Sistema Alice/MDIC, extraído de www.mdic.gov.br em 14/10/2006. Elaboração própria.

* Em 2006, até setembro.

Tabela 22 – Participação regional na arrecadação de ICMS

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1991	4,0	12,4	60,4	16,6	6,7	100,0
1992	3,3	12,3	61,0	16,7	6,7	100,0
1993	3,6	12,4	60,4	17,1	6,6	100,0
1994	3,7	12,3	59,4	17,4	7,2	100,0
1995	4,2	12,6	60,5	16,2	6,4	100,0
1996	4,4	13,3	60,1	15,7	6,5	100,0
1997	4,5	13,2	60,5	14,9	7,0	100,0
1998	4,3	13,7	60,3	15,1	6,6	100,0
1999	4,1	13,5	59,7	15,3	7,3	100,0
2000	4,5	13,9	58,7	15,5	7,4	100,0
2001	4,6	13,8	58,2	15,9	7,4	100,0
2002	4,9	14,4	56,5	16,3	7,9	100,0
2003	5,2	14,3	54,8	17,1	8,5	100,0
2004	5,3	14,6	55,0	16,5	8,6	100,0
2005	5,5	14,7	54,7	16,8	8,3	100,0
2006*	5,4	14,5	55,6	16,1	8,4	100,0

Fonte: Indicadores IESP, v.4, no 50, abril de 1996 (1991), v.11, no 90, maio/junho de 2002 (1992-2001); Confaz. Extraído de www.fazenda.gov.br/confaz, (2002-2006), capturado em 11 de outubro de 2006.

*Até agosto.

Estatísticas básicas

Tabela 23 – Setor Industrial – Balança Comercial do Pólo Industrial de Manaus (em US\$ mil*): 1988-2006**

Anos	MERCADO EXTERNO			MERCADO INTERNO			Saldo Final	Faturamento Total
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo		
	A	B	C=A – B	D	E	F=D – E		H=A + D
1988	59.657	481.324	-421.667	5.038.924	2.288.017	2.750.908	2.329.240	5.098.581
1989	60.987	704.879	-643.892	6.840.767	2.736.402	4.104.365	3.460.473	6.901.754
1990	61.776	715.118	-653.342	8.317.449	3.326.726	4.990.723	4.337.381	8.379.225
1991	62.457	728.983	-666.526	5.921.799	2.236.044	3.685.755	3.019.229	5.984.256
1992	115.132	672.751	-557.619	4.427.632	1.451.701	2.975.931	2.418.313	4.542.764
1993	97.273	1.275.980	-1.178.707	6.538.448	1.750.068	4.788.381	3.609.673	6.635.721
1994	114.571	1.841.545	-1.726.975	8.703.630	2.428.873	6.274.757	4.547.782	8.818.201
1995	101.765	2.823.262	-2.721.498	11.664.795	3.146.516	8.518.279	5.796.782	11.766.560
1996	105.309	3.186.856	-3.081.548	13.153.651	3.627.964	9.525.688	6.444.140	13.258.960
1997	149.656	3.386.727	-3.237.071	11.581.024	3.362.524	8.218.500	4.981.429	11.730.680
1998	227.586	2.303.391	-2.075.805	9.700.677	2.625.785	7.074.892	4.999.088	9.928.263
1999	375.653	2.141.135	-1.765.482	6.838.586	1.749.807	5.088.779	3.323.296	7.214.239
2000	741.626	3.025.474	-2.283.848	9.646.219	2.469.992	7.176.227	4.892.379	10.387.845
2001	829.042	2.701.678	-1.872.636	8.301.821	2.257.377	6.044.445	4.171.809	9.130.863
2002	1.025.735	2.583.732	-1.557.998	8.079.032	2.362.784	5.716.248	4.158.251	9.104.767
2003	1.224.940	3.223.339	-1.998.399	9.306.290	2.854.224	6.452.066	4.453.667	10.531.230
2004	1.084.894	3.758.994	-2.674.101	12.876.344	3.843.067	9.033.277	6.359.177	13.961.238
2005	2.021.196	4.763.075	-2.741.879	16.942.914	5.070.048	11.872.866	9.130.986	18.964.110
2006	941.952	3.520.004	-2.578.053	11.819.161	3.550.278	8.268.883	5.690.830	12.761.113

Fonte: SUFRAMA/SAP/CGPRO/COISE. Extraído de www.suframa.gov.br. Capturado em 19 de setembro de 2006.

* Os valores presentes nesta tabela estão transcritos *ipsis litteris* como disponibilizados pela Suframa. Assim, problemas que porventura surjam da sua interpretação podem ser devidos às dificuldades relacionadas à apreciação cambial na economia brasileira de 1994 até 1999, e que, desde meados de 2004 até hoje, volta a se repetir. ** Até julho.

mentou 7,4% em comparação com período idêntico do ano anterior), e tem caído nas regiões Sul (crescimento de apenas 4,2% no ano frente a 2005), por causa da crise da agropecuária e do fraco desempenho da indústria; na Norte (aumentou 6,6% em 2006 em relação a 2005) e na Nordeste (em relação a 2005 cresceu 7,1%), segundo indica a Tabela 22. Cabe alertar para a perda de posi-

ção relativa da região Sudeste ao longo do período, estancamento da Sul e ganhos expressivos das demais.

2.4. Zona Franca de Manaus

A indústria da ZFM no período janeiro-julho de 2006/2005 apresentou queda nas exportações externas de 18,4% (US\$941 milhões em 2006, frente a

US\$1.155 milhões, em 2005), enquanto as importações externas aumentaram 34,0% (US\$3.520 milhões, em 2006, frente a US\$2.627 milhões, em 2005). Assim, o déficit na balança comercial cresceu 75,1% (US\$2.578 milhões, em 2006, contra US\$1.473 milhões em 2005), o que tende a se agravar ainda mais com a permanência da valorização cambial (Tabela 23).

Território, Ambiente e Políticas Públicas Espaciais

Marília Steinberger (organizadora), Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006, 406 páginas.

São oportunas na atual conjuntura brasileira as publicações que nos animam a refletir sobre a construção de um projeto nacional para o país, notadamente aquelas que aliam preocupações teórico-metodológicas com a avaliação de experiências práticas de políticas públicas. Tal combinação está presente na coletânea organizada por Marília Steinberg, professora do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, que expõe os resultados obtidos por um grupo de pesquisadores envolvidos no projeto “Discussão metodológica e aplicação do Zoneamento Ecológico-Econômico em áreas urbanas”, realizado pelo Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais da UNB em parceria com o Departamento de Planejamento Urbano da University College London, com o apoio do British Council. Esse projeto, relatado e discutido pela organizadora na introdução e no primeiro texto da coletânea, foi iniciado em 1998 e alimenta uma linha de pesquisa regular até a atualidade, na qual se articulam diferentes instituições no debate de políticas públicas e ações de governo. Trata-se, portanto, de análises empreendidas por acadêmicos e gestores, num patamar em que tais posições não são exclusivas nem se opõem. Ao contrário, crítica e aplicação mesclam-se na biografia pessoal dos vários autores presentes no livro, o que se exprime num tom realista que atravessa todos os textos do volume.

O livro apresenta análises de diferentes políticas públicas, tendo o planejamento e gestão do espaço brasileiro como eixo de articulação entre os vários textos. Poder-se-ia dizer que o ordenamento do território dá unidade ao volume, contudo sua organizadora entende a política territorial de modo mais restrito, como mais um setor específico no rol das políticas “espaciais”. Tal posicionamento deriva em muito de uma opção explícita pela teoria geográfica de Milton Santos, autor a quem é dedicado o livro e que assume o “espaço” co-



mo categoria central de reflexão e como instância passível de explicar a “totalidade”. Uma preocupação teórico-metodológica constante bem ilustra a filiação assumida prevalente em vários textos e no conjunto da obra, que aborda diferentes políticas: a urbana, a de recursos hídricos, a ambiental, as re-

gionais. A avaliação das possibilidades de relacionamento entre tais campos de atuação governamental é também um traço comum entre os diversos autores. A articulação entre a política urbana e as demais políticas espaciais está no centro das reflexões apresentadas nos quatorze textos que compõem o volume.

O mecanismo de gestão do território mais discutido no livro é o zoneamento ecológico-econômico, um instrumento ambicioso em suas metas e complexo em sua implantação, complexidade que pode ser avaliada nas tentativas de objetivá-lo em diferentes partes do país ao longo de mais de duas décadas, experiências avaliadas em vários dos artigos. Cabe salientar que o caso mais diretamente analisado no livro, o do estado do Acre, processo implementado a partir de 1999, constitui exatamente um exemplo de maior êxito em sua aplicação no Brasil. Além do zoneamento, também é discutido em mais de um artigo o Estatuto das Cidades em sua relação com os planos diretores e com a política ambiental em geral. O gerenciamento dos recursos hídricos e o manejo de reservas extrativistas completam o rol de instrumentos de gestão abordados na coletânea. A associação entre ordenamento do território, o espaço urbano e a política ambiental, numa perspectiva ao mesmo tempo teórica e aplicada, anima a leitura da obra, qualificando-a como diferente em face

Resenha

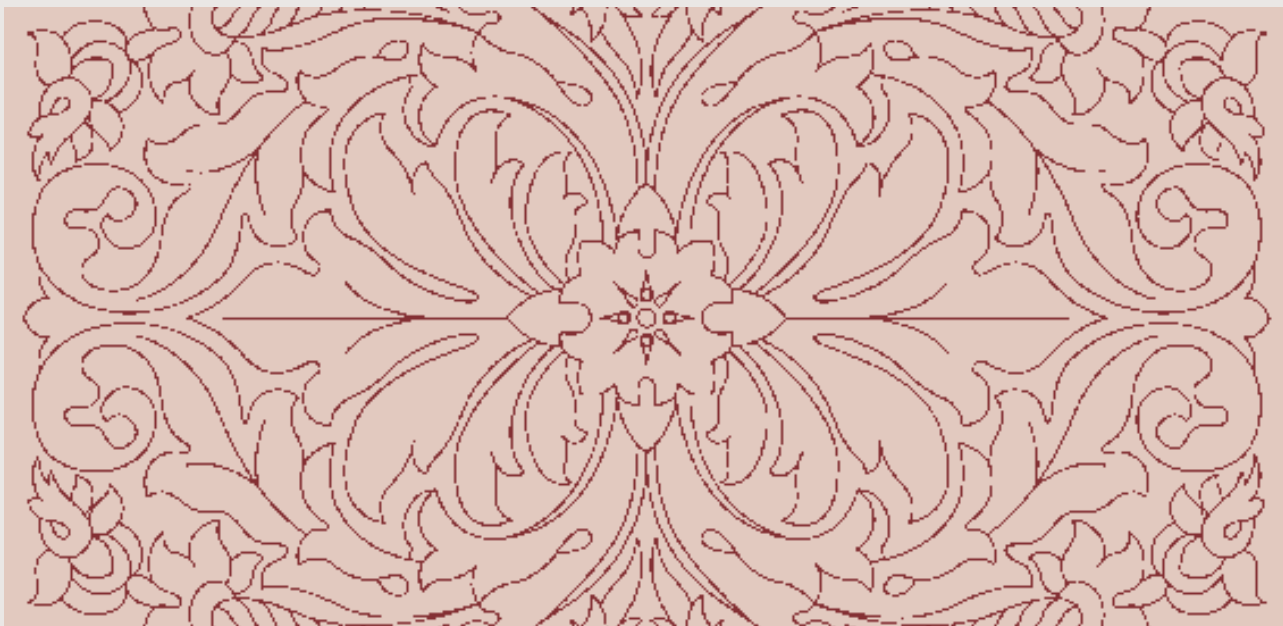
dos estudos que tendem a discutir cada um desses temas separadamente. Vale lembrar que o aprimoramento das práticas estatais sobre o território, de produção e organização do espaço, demanda a crítica constante das ações exercitadas, tanto em seus fundamentos quanto em seus modelos institucionais e em seus resultados, o que está bem contemplado no volume.

Os títulos dos vários textos indicam as matérias abordadas na coletânea: Território, ambiente e políticas públicas espaciais; Territorialidade: elo entre o espaço rural e o espaço urbano; Política ambiental no Brasil; Perspectiva do ordenamento territorial no Brasil: dever constitucional ou apropriação política?; O espaço urbano no Zoneamento Ecológico-Econômico: esboço metodológico; Metodologias de zoneamento: controvérsias sobre o ecológico e o econômico; Desafios para o planejamento e a gestão integrada de recursos hídricos; Estatuto da Cidade: promovendo o encontro das agendas “verde” e “marrom”; A nova safra de planos diretores pós-Estatuto da Cidade; Estimativa da área efetivamente urbanizada no Brasil como ferramenta de planejamento territorial e ambiental; Amazônia Brasileira no século XXI: novas propostas para a superação de antigos desafios? O espaço urbano e as relações de poder no Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Acre; A reserva extrativista como instrumento de gestão territorial e ambiental; Expe-

riências internacionais de articulação entre planejamento ambiental e a interface rural-urbana.

Como dizia Caio Prado Jr., a interpretação do Brasil passa inapelavelmente pelo entendimento de sua geografia. Seja pela formação colonial, que salienta a conquista e a expansão espacial, seja pela extensão de seu território, seja ainda pelo patrimônio natural nele depositado, tudo conflui para que a construção de um projeto nacional para o país se entrelace com o planejamento do uso de seu espaço. A coletânea em foco contribui significativamente nessa tarefa, pautando-se pela avaliação de experiências práticas recentes e tendo como referencial as condições sociais vigentes. Esse realismo contrasta com os enfoques geográficos que só conseguem pensar alternativas políticas a partir de uma ordem societária completamente distinta da existente, circunscrevendo suas reflexões no campo exclusivo das utopias. Trata-se, assim, de boa leitura para aqueles que querem não apenas entender, mas atuar com eficiência nas condições históricas dadas – em outras palavras, os que desejam ser protagonistas do presente e que acreditam na possibilidade de gerar melhores políticas públicas para o país.

Antonio Carlos Robert Moraes é professor titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.



POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Construindo um Brasil de todas as regiões





Ministério da
Integração
Nacional

